

**Companhia Moçambicana de
Hidrocarbonetos, S.A.**

**Relatório do Auditor Independente
acompanhado das Demonstrações
Financeiras para o ano findo em 30 de
Junho de 2026**

RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

Relatório e Contas **Do exercício findo em 30 de Junho de 2026**

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A.

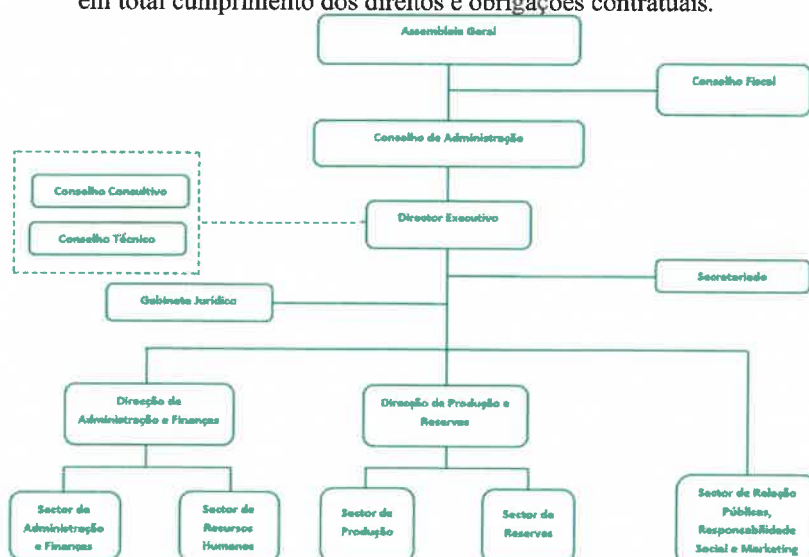
ÍNDICE

	PÁGINA
I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	40
V. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	41
VI. BALANÇOS	45
VII. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	46
VIII. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	47
IX. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	48
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49

I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA

Nome da Entidade:	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A. ("CMH")	
Número de Registo Comercial:	13 259	
Número Único de Identificação Tributária (NUIT):	400 102 961	
Conselho de Administração:	Conselho Fiscal:	Assembleia Geral:
- Arsénio Mabote (PCA) até 08 de Julho de 2026 - Reis Mudavanhe (PCA) desde 09 de Julho de 2026 - Eliseu Machava (Administrador) - Lovemore Chibaya (Administrador)	- Miquelina Menezes (Presidente) - Bruno Munguambe (Primeiro Vogal) - Filipe Masquil (Segundo Vogal)	- Manuel Mazuze (Presidente) - Maria Uache (Secretária) - Iolanda Matsinhe (Secretária)
Director Executivo:	Joaquim Veríssimo	
Estrutura Accionista	- Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (70%) - Governo de Moçambique (20%) - Investidores Privados Nacionais (10%)	
Capital Social:	MT 593 411 500 (USD 25 286 649)	
Número de Acções:	5 934 115 (593 411 acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique)	
Auditores:	Deloitte – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada	
Bancos:	Standard Bank South Africa, Standard Bank Moçambique, ABSA Mozambique Lda, FNB Moçambique, Millennium BIM, BCI, MOZA, Nedbank, BNI, Letshego e Bayport.	
Endereço:	Av. Julius Nyerere, n° 4003, Bairro da Polana Caniço "A" Maputo – Moçambique	
País de Constituição:	A CMH foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.	
Visão da CMH:	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado moçambicano.	
Missão da CMH:	Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.	

Estrutura da CMH:



II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Com o término das actividades do exercício fiscal de 2025/2026, cumpre-nos, mais uma vez, em representação do Conselho de Administração da CMH, apresentar e partilhar convosco os resultados alcançados, bem como as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 30 de Junho do corrente ano.

O exercício transacto continuou a ser marcado por desafios significativos, num contexto operacional e económico influenciado por diversos factores endógenos e exógenos, incluindo a conjuntura geopolítica internacional, que continua a afectar a dinâmica da procura e os preços do gás natural e de condensado.

Não obstante este ambiente desafiante, estamos orgulhosos pelos resultados alcançados e pelos progressos registados pela Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A. Mantivemos uma gestão financeira prudente, assegurámos a continuidade das operações e continuámos a trabalhar para preservar a imagem da CMH e criar valor para os nossos accionistas, parceiros, colaboradores e demais partes interessadas.

No âmbito das nossas prioridades estratégicas, continuamos empenhados em otimizar a produção e prolongar, tanto quanto possível, a vida útil dos activos de Pande e Temane. Neste contexto, importa destacar que o projecto de furos adicionais – PEDOP Infill – já foi implementado, contribuindo para a optimização da produção e para a recuperação de volumes adicionais de gás natural.

Encontra-se, igualmente, em execução o projecto PEDOP Junction Compression, uma iniciativa fundamental para a manutenção dos níveis de produção, através do aproveitamento mais eficiente da pressão disponível nos reservatórios.

O projecto PEDOP Junction Compression constitui, entretanto, o último grande projecto previsto no actual Programa de Extensão do Plateau e Optimização da Produção (PEDOP). A sua implementação representa um passo importante na maximização do potencial dos activos existentes, mas também nos coloca perante uma realidade que não podemos ignorar: as reservas remanescentes de Pande e Temane que representam um desafio no declínio natural de reservas no qual irá igualmente impactar na produção de gás e

condensado nos próximos anos.

Esta realidade exige de todos nós uma visão para além do horizonte imediato. A sustentabilidade da CMH não poderá depender exclusivamente da optimização dos activos actualmente em produção. Precisamos, desde já, de continuarmos a pensar nas opções e novas oportunidades de investimento que existem de modo a assegurar a continuidade da geração de valor e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do sector dos hidrocarbonetos, em benefício do Estado Moçambicano e dos accionistas da CMH, para valorizar os recursos disponíveis.

Assim, o nosso principal desafio para os próximos anos será transformar a actual capacidade financeira, técnica e institucional da CMH numa plataforma para o seu próximo ciclo de crescimento, aproveitando a experiência acumulada ao longo de décadas, o conhecimento dos nossos colaboradores e a confiança dos nossos parceiros.

Continuamos a acreditar que o gás natural desempenhará um papel relevante no processo de transição energética de Moçambique e da região, funcionando como uma importante fonte de energia de transição e contribuindo para a segurança energética e para o desenvolvimento económico. Esta perspectiva reforça a necessidade da CMH se posicionar atempadamente para participar nas oportunidades que este novo ciclo poderá proporcionar.

Durante o exercício findo, registámos, igualmente, progressos importantes no nosso compromisso com a excelência em segurança, saúde e ambiente, mantendo estes princípios como elementos fundamentais da nossa cultura operacional e da sustentabilidade do nosso negócio.

No que respeita às necessidades de capital para a manutenção e optimização da produção, estimamos que sejam necessários investimentos significativos ao longo dos próximos anos, nomeadamente em despesas operacionais e de capital. Neste contexto, a linha de crédito de médio prazo no valor de USD 50 milhões, integralmente desembolsada, continua a ser gerida de acordo com o plano de amortização estabelecido no contrato de financiamento. A gestão responsável da nossa estrutura financeira continuará a ser uma prioridade, particularmente numa fase em que teremos de equilibrar os investimentos necessários nos activos existentes com a necessidade de preparar o futuro da Empresa.

Os resultados alcançados reflectem a resiliência do nosso modelo de negócio e a prudência na alocação do capital. No exercício em análise, a *Empresa registou um lucro após impostos de USD 36 977 508, suportado por receitas de USD 97 662 135, enquanto o EBITDA (Resultado operacional + Depreciações e amortizações) atingiu USD 72 705 642.*

A geração de resultados e de fluxos de caixa positivos continua a contribuir para o fortalecimento do valor económico da CMH. Os nossos accionistas beneficiaram, igualmente, da valorização das suas participações, tendo o mercado de valores mobiliários registado um preço médio de 3 676 meticais por acção, resultado que reflecte, entre outros factores, a confiança dos investidores e a interacção permanente com os intervenientes do mercado, procurando assegurar maior transparência e reduzir comportamentos especulativos.

No plano social, continuamos a desenvolver iniciativas de apoio às comunidades e de solidariedade, particularmente em benefício das populações mais vulneráveis, incluindo as afectadas pelos ciclones e pela situação de insegurança no norte do País. Mantivemos, igualmente, o nosso investimento em projectos sociais, procurando contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e de outras regiões de Moçambique.

No que concerne aos nossos recursos humanos, continuamos a atribuir especial importância à capacitação, formação e desenvolvimento dos nossos colaboradores. A preparação de uma Empresa para o futuro começa pelas pessoas, pelo que continuaremos a investir no desenvolvimento das competências necessárias para responder aos desafios cada vez mais complexos da indústria de petróleo e gás e para acompanhar a transformação do sector energético.

Mantemos, igualmente, o nosso compromisso com a transparência, integridade, boa governação e boas práticas empresariais, reforçando continuamente os mecanismos de prevenção e combate à negligência, fraude, corrupção e demais práticas que possam comprometer a sustentabilidade e a reputação da Empresa.

Num ambiente operacional e de negócios que permanece incerto e volátil, continuaremos a exercer uma gestão financeira criteriosa, procurando preservar a solidez da Empresa e, simultaneamente, preparar o nosso portfólio para o futuro.

O encerramento do actual ciclo de investimentos do PEDOP deve ser encarado não como o fim da nossa ambição, mas como o início de uma nova etapa. Com a conclusão do PEDOP Infill e a execução do PEDOP Junction Compression, estamos a fazer o necessário para otimizar os activos existentes. ***Porém, a realidade das reservas remanescentes obriga-nos a olhar mais longe e a agir desde já.***

A questão que se coloca perante a CMH é, portanto, clara: como garantir que a Empresa continue a ser economicamente relevante e sustentável quando a produção de Pande e Temane deixar de proporcionar os níveis actuais de receitas e de geração de caixa. A resposta passa pela antecipação. Temos de começar hoje a construir o portfólio do amanhã.

Neste sentido, uma das nossas prioridades estratégicas é a ***identificação e avaliação de novas oportunidades de negócio, quer no sector de petróleo e gás, quer em áreas complementares que possam contribuir para a diversificação das fontes de receita da Empresa.*** Este processo deverá ser conduzido com rigor técnico, económico e financeiro, privilegiando projectos sustentáveis, que apresentem potencial de criação de valor e estejam alinhados com a nossa capacidade de investimento.

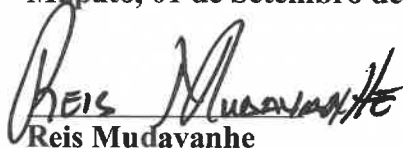
Contamos, para tal, com a colaboração e o apoio dos nossos accionistas, parceiros estratégicos, Governo e demais intervenientes do sector, com os quais continuaremos a discutir e a construir as estratégias mais adequadas para assegurar a continuidade da CMH como um activo estratégico e como veículo de participação dos moçambicanos no desenvolvimento dos recursos energéticos nacionais.

O nosso compromisso é assegurar que a experiência e o valor construídos pela CMH ao longo dos anos não terminem com o declínio da produção de Pande e Temane. ***Pelo contrário, queremos utilizar esse património para lançar as bases de uma nova CMH, mais diversificada, competitiva, eficiente e preparada para o futuro.***

Para terminar, queremos expressar a nossa profunda gratidão a todos aqueles que acreditam na CMH e que nos têm apoiado, directa ou indirectamente. Endereçamos o nosso reconhecimento ao Governo, aos nossos accionistas, parceiros, colaboradores e às comunidades onde desenvolvemos as nossas actividades, pelo apoio, confiança e encorajamento permanentes.

O futuro apresenta desafios, mas também oportunidades. *O nosso dever é antecipá-los, prepararmo-nos para eles e continuar a construir uma CMH sustentável*, capaz de criar valor para os seus accionistas e de continuar a desempenhar o seu papel estratégico no desenvolvimento do sector energético de Moçambique.

Maputo, 01 de Setembro de 2026


Reis Mudavanhe

Presidente do Conselho de Administração

III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2026.

1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A. (“CMH”) é a parceira Moçambicana no Consórcio (“JO - Joint Operation”) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (“PGN”). São parceiros da operação conjunta, a Sasol Petroleum Temane (“SPT”), uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (“SEPI”), com participação de 70%, a CMH, que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (“ENH”), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (“IFC”), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%. A SPT é a Operadora nos campos de Pande e Temane.

A operação conjunta (Consórcio) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane (Moçambique) e a Central de Processamento (“CP”). O gás natural e condensado é produzido nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. O gás depois de processado na CP é então transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea, transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul. Na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos de toma para o mercado doméstico.

No projecto inicial, a CP havia sido projectado para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, principal cliente, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram em expandir a produção de Pande e Temane e da CP em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído aos seguintes projectos no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (“CTRG”) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (“MGC”) com 8 MGJ/ano.

Em 2015 foi atribuído à ENH um adicional de 2 MGJ/a e um total de 9 MGJ/a foi reservado para o imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. A produção de condensado é vendida à Petromoc na CP e presentemente é transportado para o porto da Matola.

De modo a cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de gás, houve necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CP de 183 para 197 MGJ/ ano, através de um capital mínimo, efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de “*Debottlenecking*” na CP.

Como parte da extensão do período do *plateau*, foi executada a primeira fase de compressão de baixa pressão, tendo o projecto alcançado o seu fecho durante o ano financeiro de 2017. Os testes para funcionamento (RFC) da segunda fase e o início das operações (BO) foram alcançados em Setembro de 2018. Os testes de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) da terceira fase do projecto de compressão de baixa pressão (LPC) foram alcançados em 2019 e o projecto foi concluído.

No AF19, o primeiro furo horizontal do PPA (Pande - 27), para sustentar o *plateau (infill wells)* de 197MGJ / ano, foi perfurado com sucesso.

No AF20, iniciou a campanha de perfuração (MERIC) com objectivo de restaurar a integridade dos furos e perfurar novos furos (*infill wells*). O objectivo do projecto de Restauração da Integridade dos furos, é de reparar determinados furos de produção por meio de “*workover*” e abandonar permanentemente (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção. O projecto de perfuração dos furos (*infill wells*) visa otimizar a recuperação das reservas de gás existentes e auxiliar no cumprimento das obrigações contratuais do PPA em vigor.

No AF21, após a suspensão da campanha de perfuração devido ao covid 19, as operações MERIC foram retomadas no AF22, onde o furo Temane-9 foi selado e abandonado (P&A) e o segundo furo horizontal (Pande-28) do PPA foi perfurado e testado com sucesso, com o início das operações (BO) já alcançado.

No AF23, no âmbito da campanha de perfuração MERIC, o furo T-15 foi selado e abandonado, e três novos furos horizontais (P-29, P-30 e P-31) da tranche-2 foram perfurados e testados com sucesso, tendo tido o benefício das operações (BO) em Dezembro de 2022. Esses furos contribuíram com gás adicional que cumpriu com as

obrigações contratuais ao abrigo dos contratos de venda de gás existentes.

No AF24, ainda no âmbito da campanha de perfuração MERIC, foram perfurados e testados com sucesso dois novos furos (T-31 e T-32), tendo sido comissionados em Novembro e Dezembro de 2024, respectivamente.

No AF25, no âmbito da referida campanha MERIC, três novos furos Infill (P-34, P-35 e P-36) foram perfurados e testados com sucesso no campo de Pande, tendo sido comissionados em Fevereiro de 2026.

Relativamente ao AF26, na sequência do último projecto de extensão do período de plateau, PEDOP Junction Compression, foram instalados os tie-ins durante o shutdown, tendo prosseguido os trabalhos de instalação dos compressores e arrefecedores nos wellpads dos furos Pande-29, Pande-22, Pande-23, Pande-21 e Pande-24. Os testes para funcionamento (RFC) tiveram início em Junho, estando o início das operações (BO) previsto para o segundo trimestre do AF27.

2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio

Os resultados operacionais da CMH do exercício findo a 30 de Junho de 2026, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 72 813 994, conforme segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF26	AF25
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho
Receita bruta	89 058 092	107 976 059
Vendas: Gás Natural	86 576 252	105 274 505
Vendas: Condensado	2 481 840	2 701 554
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(147 820)	(137 081)
Receita líquida após royalties	88 910 272	107 838 978
Despesas operacionais relacionadas à operação conjunta	(16 096 278)	(13 186 899)
Resultados operacional da CMH na operação conjunta	72 813 994	94 652 079

O resultado operacional da CMH na operação conjunta reduziu em 23% em relação ao exercício de 2025 (AF25). A redução é explicada pelo efeito dos baixos preços no mercado internacional e volume de vendas.

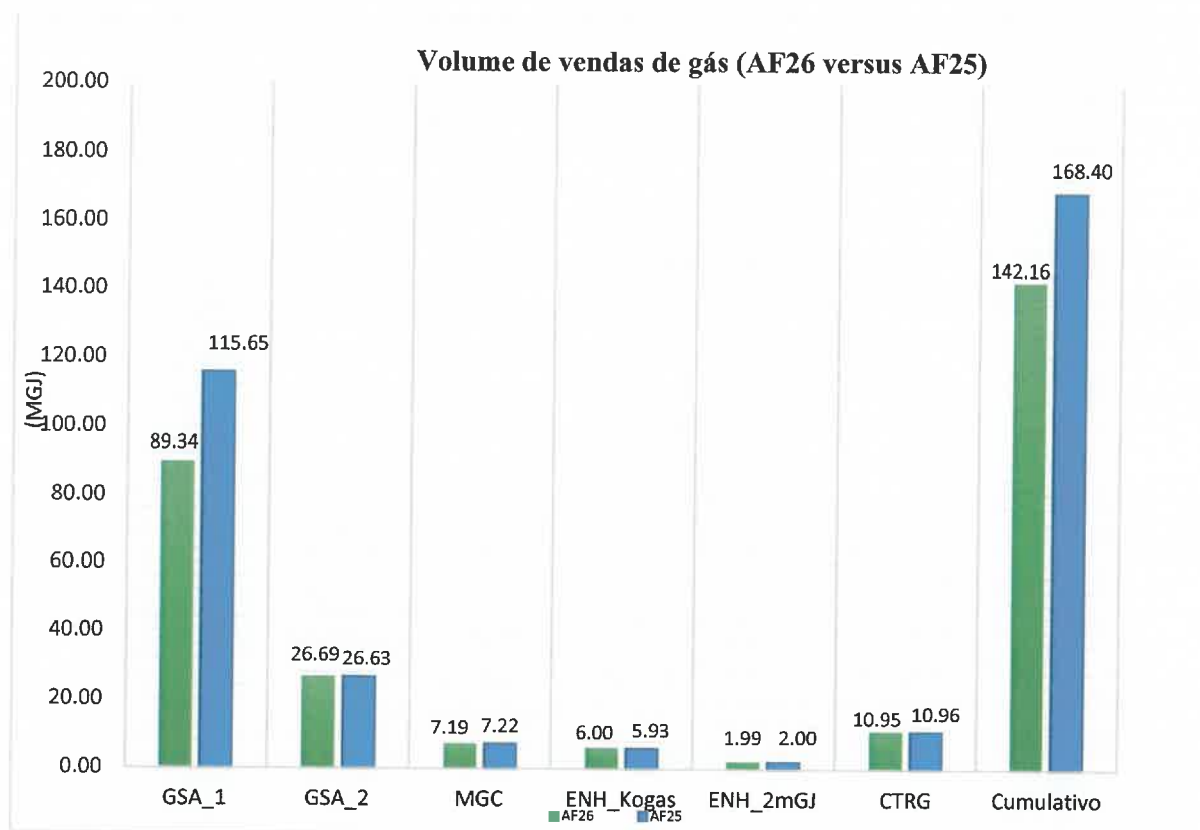
2.1 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

O volume de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2026 (AF26), findo em 30 de Junho de 2026, é o seguinte:

Volume de vendas da operação conjunta (100%)	Unidade	AF26	AF25	Variance
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	MGJ	89.34	115.65	-22.75
Gás Natural - GSA 2	MGJ	26.69	26.63	0.23
ENH-kogas	MGJ	6.00	5.93	1.19
MGC	MGJ	7.19	7.22	-0.36
CTRG	MGJ	10.95	10.96	-0.09
GSA ENH 2mGj	MGJ	1.99	2.00	-0.50
Cumulativo das vendas de gás	MGJ	142.16	168.40	-15.58
Condensado	Bbl	278,676.34	313,579.18	-11.13
Imposto sobre a produção de petróleo	Unidade	AF26	AF25	Variance
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás levado em espécie	MGJ	7.04	8.41	-16.29
Preço médio de vendas	Unidade	AF26	AF25	Variance
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	USD/GJ	2.15	2.39	-10.04
Gás Natural - GSA 2	USD/GJ	2.15	2.39	-10.04
ENH-kogas	USD/GJ	2.44	2.41	1.24
MGC	USD/GJ	2.15	2.39	-10.04
CTRG	USD/GJ	3.29	3.23	1.86
GSA ENH 2mGj	USD/GJ	3.02	2.97	1.68
Condensado	USD/Bbl	35.62	34.46	3.37

O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela acima em termos de volume de vendas de gás (AF26 versus AF25).



Como se pode verificar a partir da tabela acima, o volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2026 (AF26) foi de 15.58% inferior em relação ao período anterior de 2025. No geral, o volume total de vendas foi 5.93% inferior quando comparado ao orçamento de 151.13 MGJ, devido às seguintes razões:

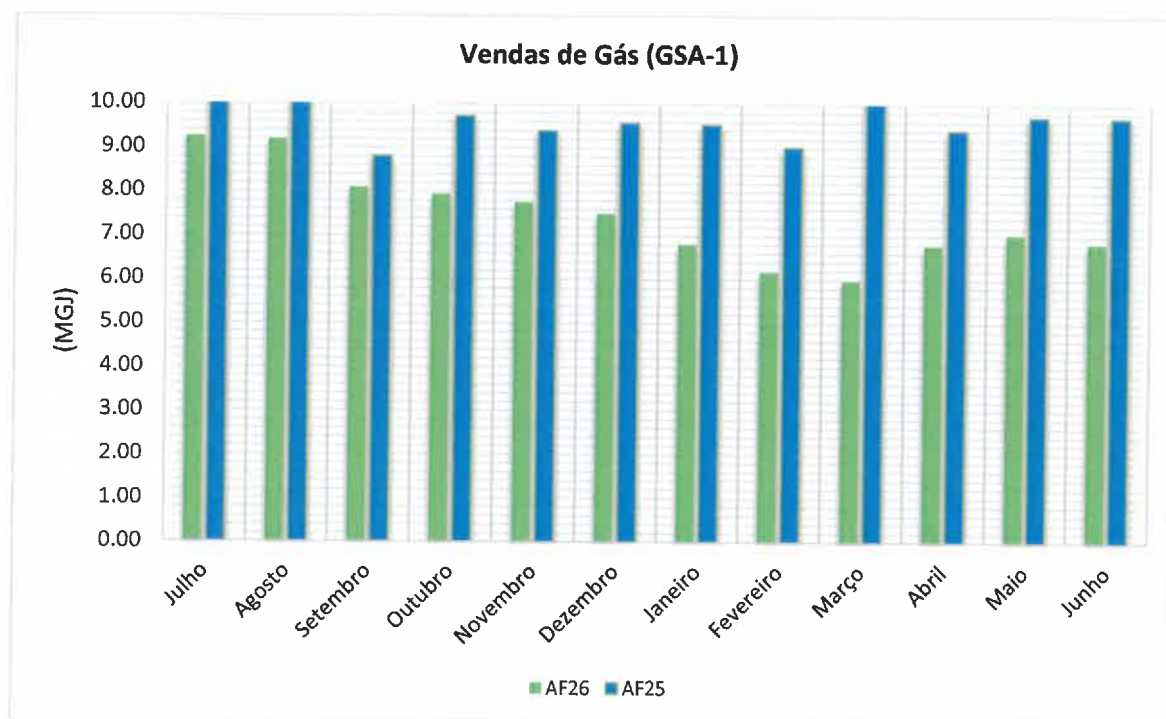
- Menores entregas de gás à compradora Sasol Gas ao abrigo do contrato GSA1, bem como alguns contratos domésticos (MGC, CTRG e ENH 2mGJ) devido a problemas operacionais verificados na central de processamento, incluindo indisponibilidade temporária de unidades-críticas, o que impactou negativamente a produção em certos períodos do ano. Além disso, houve limitação no fornecimento de gás a partir dos campos de produção face ao stock reduzido de furos, agravado pela perda de produção dos furos P-20, P-21 e P-17 devido a problemas de integridade.
- Durante os meses de janeiro e fevereiro, a produção de gás foi reduzida devido às condições meteorológicas adversas, nomeadamente inundações que provocaram a interrupção da circulação na Estrada Nacional Número Um (N1). A indisponibilidade da rodovia comprometeu o escoamento do condensado, e consequentemente, a gestão de capacidade de armazenamento na Central de Processamento. Como medida de mitigação, foi reduzido temporariamente o fornecimento de gás para exportação para cerca de 100 kNm³/h, privilegiando a produção dos furos de Pande, que apresentam menor produção de condensado,

permitindo assegurar a continuidade das operações dentro das limitações logísticas existentes.

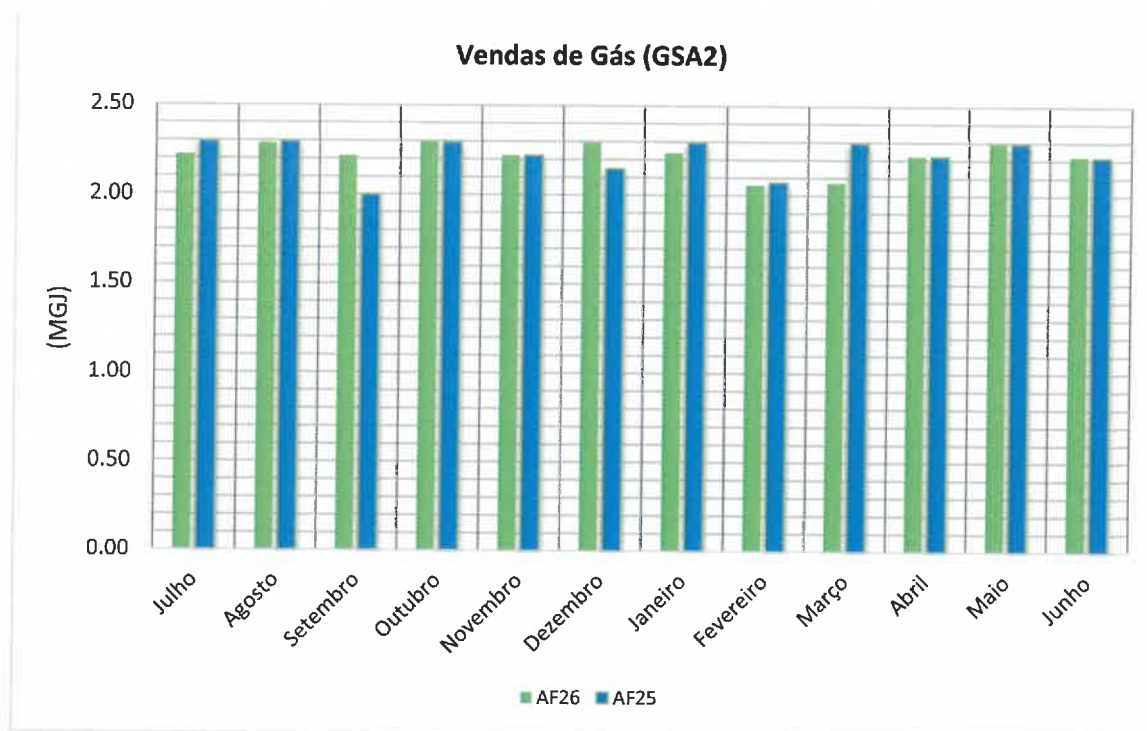
- O início da produção dos furos Pande – 35 e Pande – 36, no âmbito do projecto PEDOP Infill, inicialmente previsto para Setembro e Outubro de 2025, respectivamente, foi adiado para Fevereiro de 2026 devido a atrasos no processo de obtenção das respectivas licenças de operação. Este evento atrasou a entrada de capacidade adicional de produção prevista para o período.

Durante o período em apreço, a manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar as avarias no equipamento de produção, com o objectivo de reduzir paragens de produção na planta. Contudo, houve ainda avarias de equipamento e paragens de produção, que resultaram em perdas de produção na CP, conforme descrito mais adiante na secção 2.4.2.

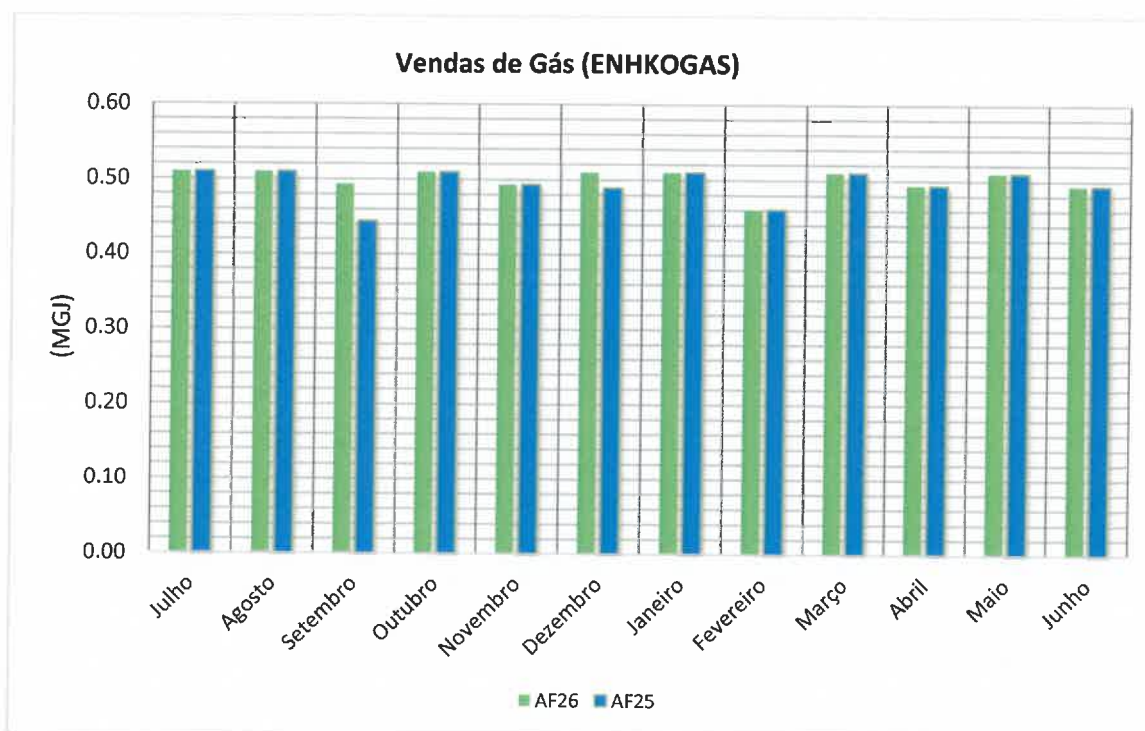
Os gráficos a seguir mostram o perfil da produção de gás e dos preços durante o ano financeiro 2026 (AF26) em relação ao período anterior de 2025 (AF25) tanto para o gás natural, como para o condensado.



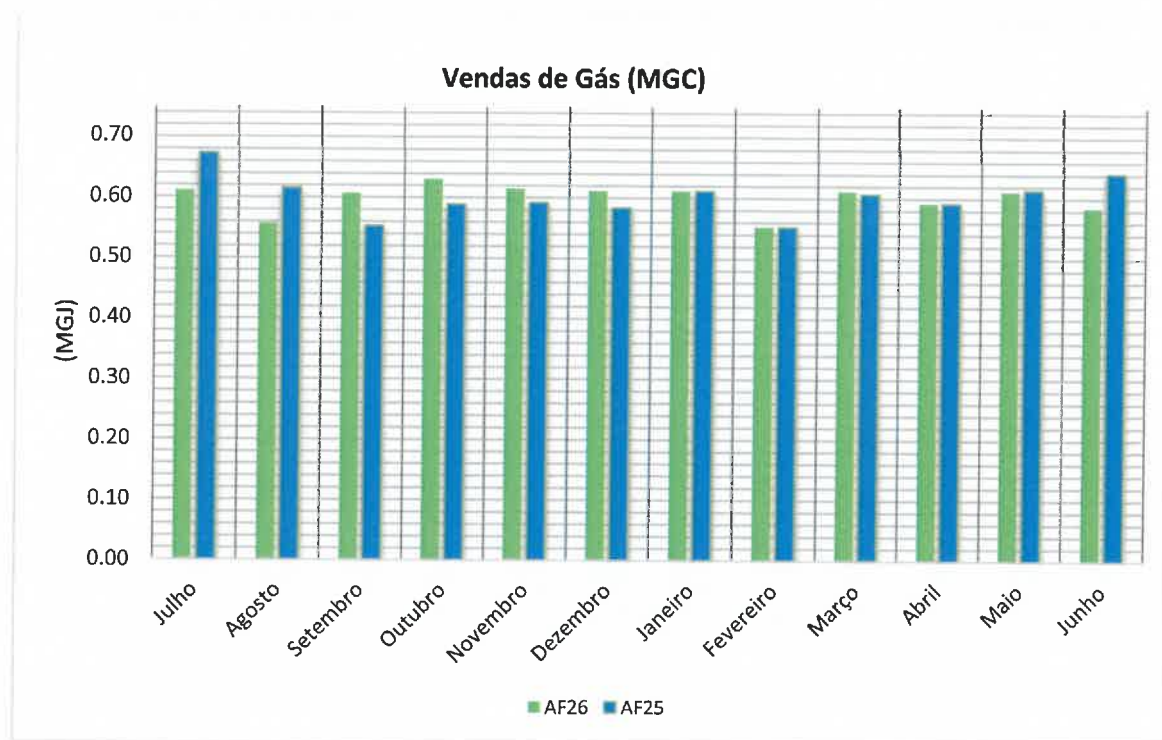
Pode-se ver no gráfico acima que no AF26, o volume de vendas de gás do contrato GSA1 foi 22.75% inferior em relação ao AF25, devido a menores entregas de gás à Sasol Gas.



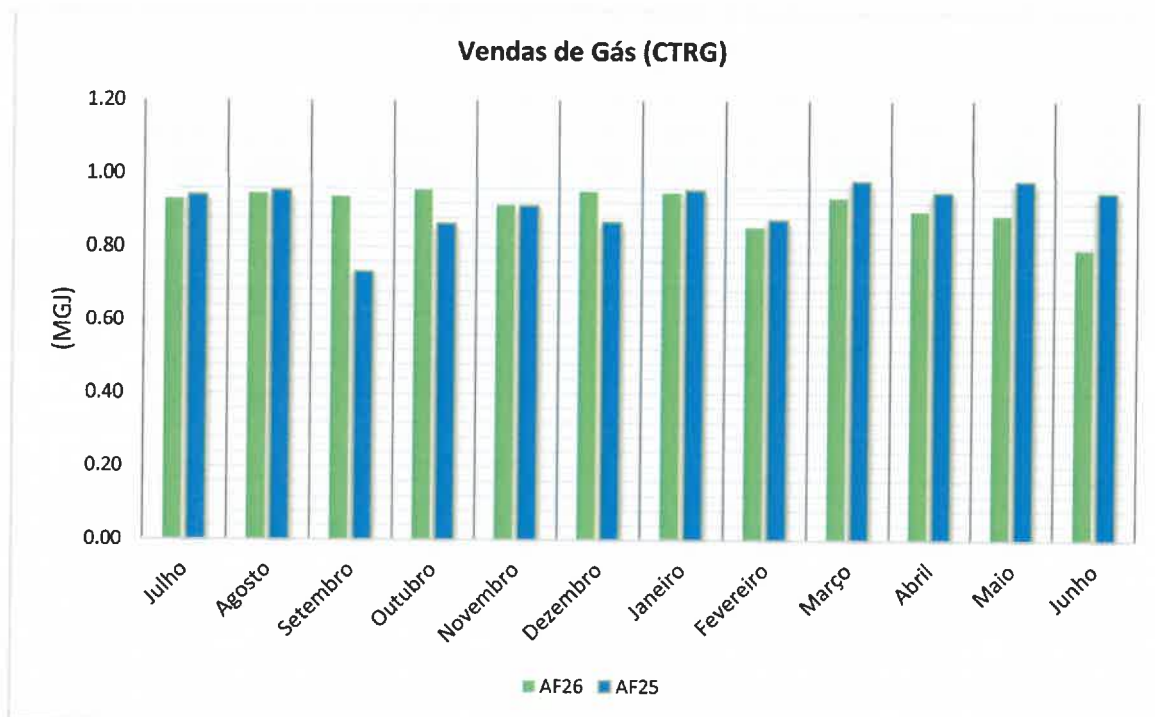
O volume de vendas, nos termos de contrato GSA2 no AF26, foi 0.23% superior em relação ao período anterior (AF25), devido a entregas de gás ligeiramente maiores à Sasol Gas.



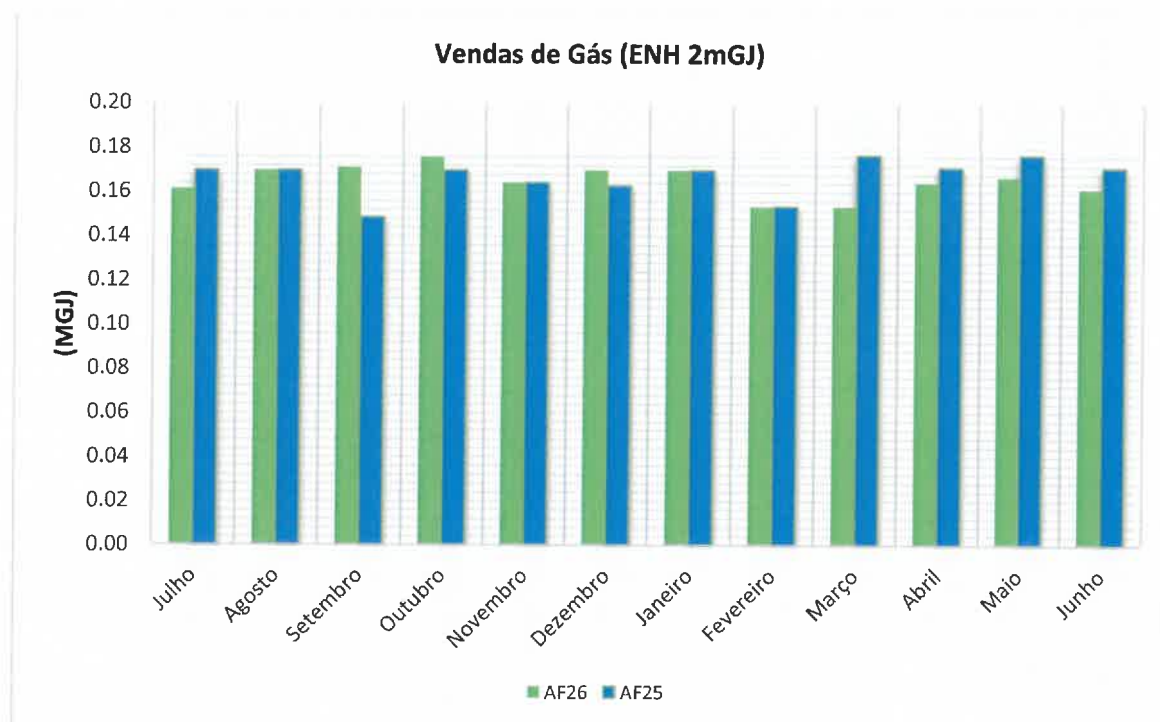
O volume de vendas, nos termos de contrato da ENH-KOGAS do AF26, foi 1.19% superior em relação ao período anterior (AF25), devido a maiores entregas de gás à ENH-KOGAS.



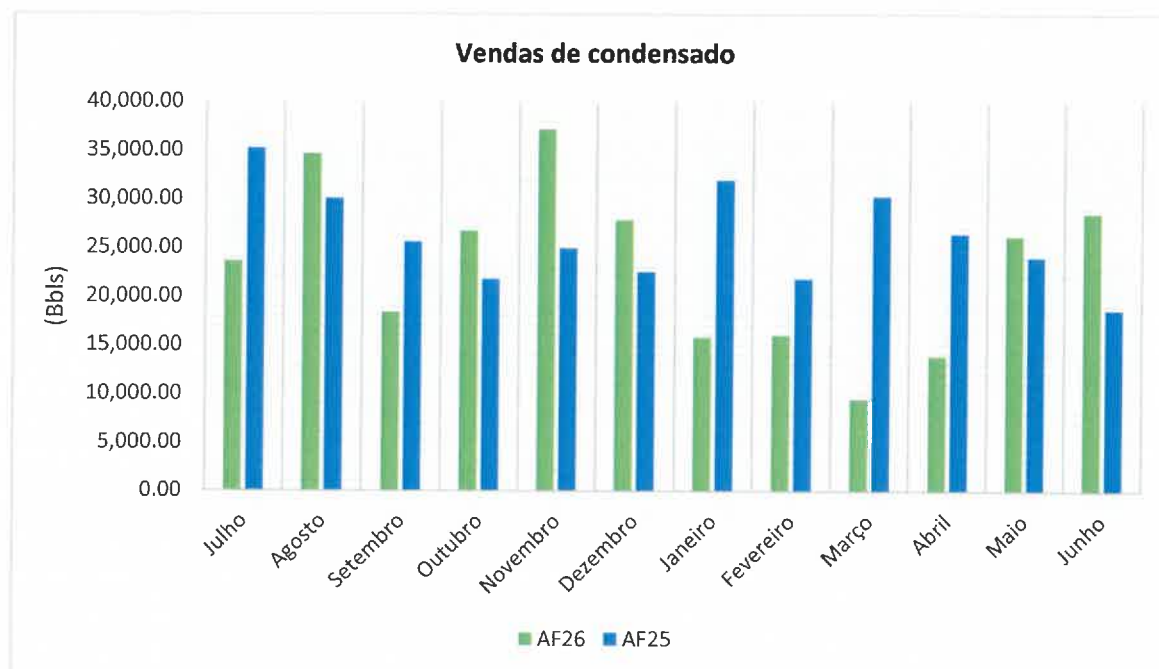
O volume de vendas, nos termos de contrato da MGC do AF26, foi 0.36% inferior em relação ao período anterior (AF25), devido a menores entregas de gás à MGC.



O volume de vendas, nos termos de contrato da CTRG do AF26, foi 0.09% inferiores em relação ao período anterior (AF25), devido a menores entregas de gás à CTRG.



O volume de vendas, nos termos de contrato da ENH 2mGj do AF26, foi 0.50% inferior em relação ao período anterior (AF25), devido a menores entregas de gás à ENH 2mGj.

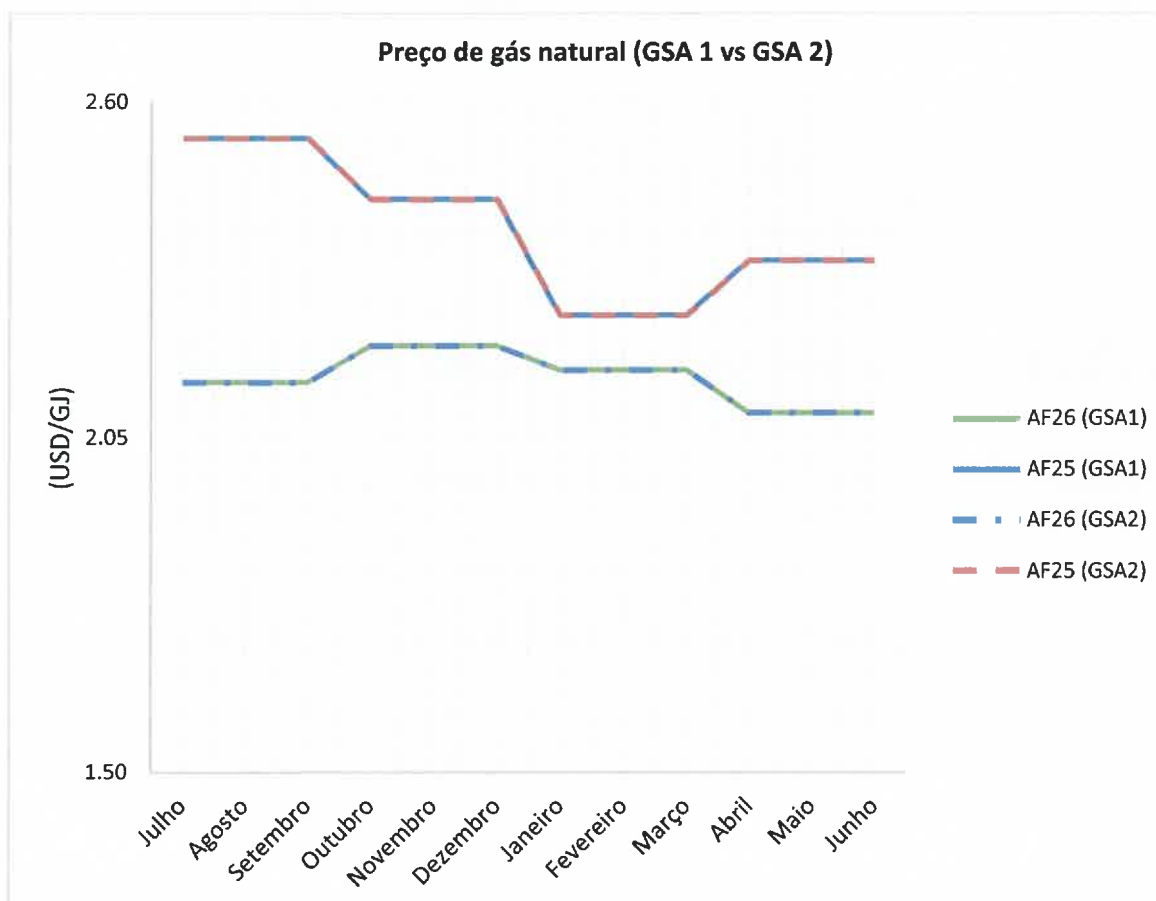


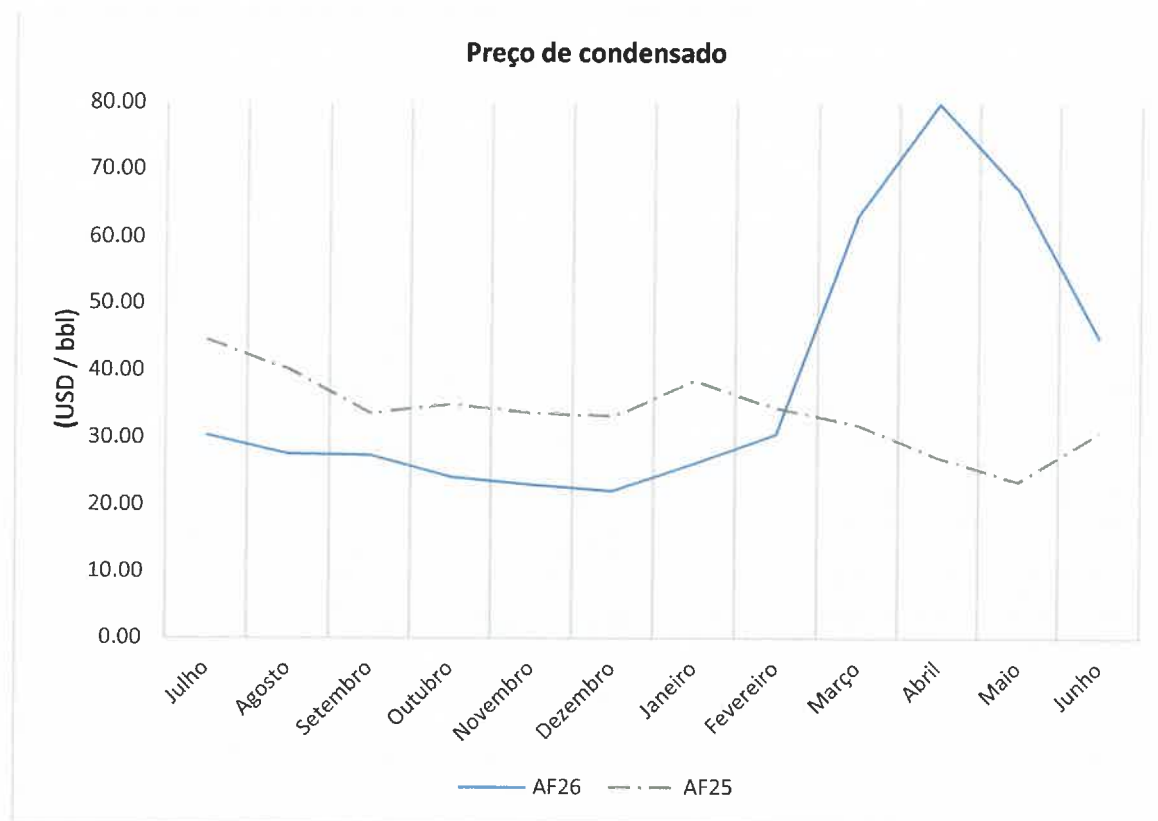
Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas inferior para o AF26, na ordem de 11.13%, em relação ao período anterior (AF25), devido ao facto de a maior parte da produção ser proveniente dos furos de Pande, que contém poucos líquidos em comparação aos furos de Temane. Durante o terceiro trimestre, houve gestão dos níveis dos tanques de armazenamento de condensado, decorrente das limitações temporárias de escoamento face a interrupção da estrada nacional número 1, o que contribuiu igualmente para menores vendas.

2.2.1 Preço de Gás Natural e Condensado

No geral, os preços de venda do gás natural para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2026 foram inferiores comparativamente ao mesmo período de 2025 (AF25), devido à variação negativa dos indicadores de preços durante o período em apreço.

O preço praticado para a venda de condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2026 foi inferior comparativamente ao ano anterior (AF25), devido à queda de preços do Petróleo bruto (Brent) no mercado internacional durante o período em apreço.





2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

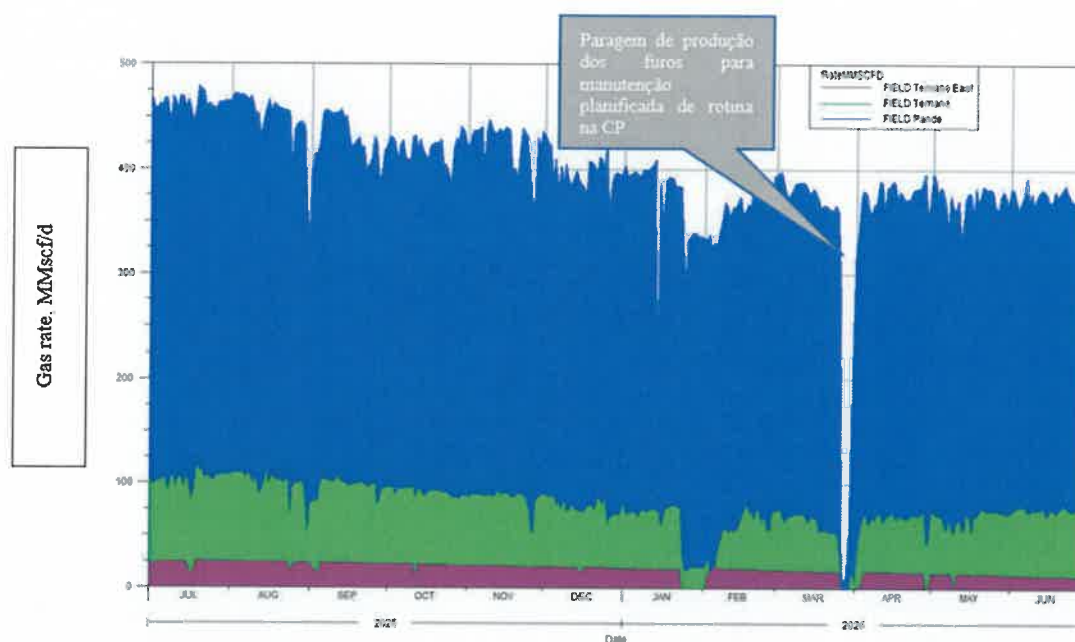
O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company, S.A. (“MGC”), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (“ENH”) e pela Kuvaninga no AF26, foi 16.29% inferior em relação ao gás levado no período anterior de AF25, como resultado de menores vendas de gás natural.

2.4 Revisão das Operações

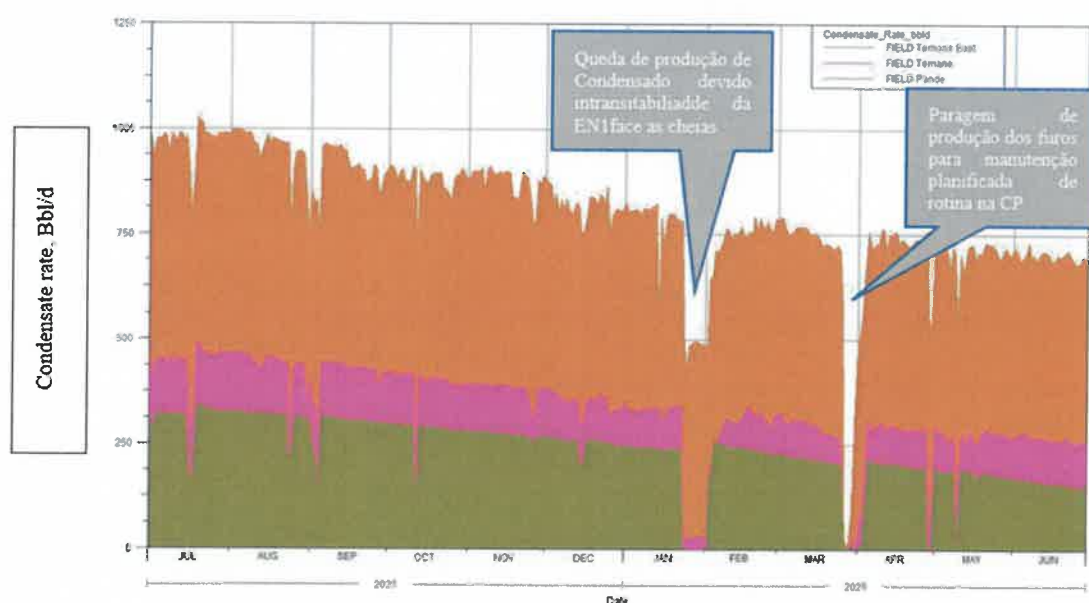
2.4.1. Operações nos campos de gás

Os gráficos a seguir visualizam o perfil médio de produção diária de Gás e Condensado do AF26.

Produção média diária de Gás nos reservatórios Pande G6 e Temane G9, de 01 de Julho de 2025 a 30 de Junho de 2026



Produção média diária de condensado nos reservatórios Pande G6 e Temane G9 de 01 de Julho de 2025 a 30 de Junho de 2026



- A produção média bruta de gás do PPA no ano financeiro 2026 (AF26) foi de 402 MMscf/d (Milhões de pés cúbicos por dia). A produção de gás baixou em aproximadamente 90MMscf/d, correspondendo uma queda de 18% em relação ao

ano anterior (AF25). Os rácios médios de contribuição para os campos de Pande e Temane, foi de 81% e 19%, respectivamente.

- A produção média total de condensado no AF26 foi de 787 Bbl/d (Barris por dia). A produção de condensado baixou em aproximadamente 72Bbl/d, correspondendo uma queda de 8.37% em relação ao ano anterior devido a baixa produção de gás.
- De acordo com os gráficos apresentados acima, pode-se verificar que nos dias 27 a 29 de Março de 2025, não houve produção de gás e condensado, devido a paragem anual planificada de produção na CP, que ocorreu para realizar a manutenção de rotina incluindo os “*tie ins*” para acomodar o projecto PEDOP Junction compression.

Monitoria do reservatório e desempenho dos campos de produção

No âmbito das actividades de monitoria, produção e desempenho de campo, foram realizadas as seguintes operações, nomeadamente:

- **Furo Pande – 17:** no dia 3 de Abril de 2026, o furo perdeu inesperadamente o caudal de produção, tendo o último caudal registado sido de cerca de 13.44 MMscf/d. Foi detectada corrosão de cerca de 39% na tubagem de 7 polegadas, no intervalo de 675.5-676.8 m de profundidade, e perda de metal em 37% no intervalo de 1929.4-1039.4 m. Investigações realizadas em Abril indicaram presença de líquidos na tubagem produtiva, o que levou a interrupção da produção. O furo encontra-se fechado e sob monitoria para novas avaliações.
- **Furo Pande - 20:** no dia 14 de Setembro de 2025, o furo perdeu o caudal de produção de gás de 24MMscf/d. No entanto, nos dias 17 e 18 de setembro de 2025, foram realizados testes de integridade, que indentificaram a existência de uma camada espessa entre 1099m-1142m de profundidade, impedindo a passagem do *tool* e sugerindo a presença de líquidos no furo. No dia 19 de Setembro, foi realizada uma operação de remoção de remoção dos líquidos, durante a qual se constatou a presença de material siltoso muito fino (lama). A interpretação dos resultados indica que a areia e água presentes no furo tem origem na formação de Grudja Superior, através de uma fuga no revestimento do furo. Como solução, prevê-se a limpeza do furo e

bloqueio da fuga através por meio de reforço do revestimento, estando prevista uma operação de rigless para o ano financeiro de 2027.

- **Furo Pande -21:** no dia 16 de setembro de 2025, o furo perdeu o caudal de produção de gás de 14 MMscf/d devido a problemas de “*liquid loading*”. No dia 19 de setembro 2025, foi realizada uma operação de remoção de líquidos, com recurso a “soap sticks”, durante duas horas, após a qual o furo voltou a produzir normalmente. Contudo, o problema voltou a ocorrer, tendo se decidido manter o furo fechado enquanto se aguardam novas avaliações após a instalação dos compressores do projecto PEDOP Junction Compression.
- **Temane-12:** Foram realizados testes de FAF (Flow After Flow) e PBU (Pressure Build Up) no período compreendido entre 24 e 27 de fevereiro 2026, tendo sido observado melhorias no valor skin quando comparado com as campanhas anteriores.

Well	Test	PI	Kh(md.ft)	K (mD)	Final Flowing Rate (MMscf/d)	Total Skin	Mechanical Skin	DS/DQ [1/MMscf/D]
T-12	2017 FAF-PBU	906	2.06 E+5	6900	17.40	27.20	6.99	1.07
	2023 FAF-PBU	541	2.06 E+5	6900	16.40	27.00	6.95	1.12
	2026 FAF-PBU	346	2.06 E+5	6900	9.00	12.70	5.30	0.8

2.4.2. Operações na Central de Processamento (CP)

No geral, as operações na Central de Processamento (CP) foram ligeiramente instáveis durante o período reportado, o que contribuiu para que algumas encomendas não fossem cumpridas em alguns períodos do ano, devido aos seguintes eventos ocorridos:

- Nos meses de janeiro e fevereiro, registou-se uma redução da produção em consequência das restrições de circulação na Estrada Nacional Número Um (N1) decorrente dos danos significativos na infraestrutura rodoviária pelas chuvas intensas que fustigaram a região sul do país. O aumento do caudal do Rio Incomáti, que galgou a plataforma da N1, comprometeu significativamente as operações logísticas, em particular o transporte e o escoamento de condensado. Esta situação afectou directamente a continuidade das operações, condicionando a produção e o fornecimento de gás natural às compradoras. Face à impossibilidade de assegurar o escoamento regular do condensado e com o objectivo de evitar a saturação de capacidade de armazenamento, tornou necessário implementar medidas de gestão da produção. Neste contexto, a CP procedeu ao encerramento temporário dos furos com

maior produção de líquidos (condensado), privilegiando a produção proveniente de furos de gás seco (Pande), de forma a manter o fornecimento de gás natural para exportação a um caudal de aproximadamente 100 kNm³/h. Estas medidas foram adotadas durante cerca de duas semanas, com início a 24 de janeiro, permitindo assegurar a continuidade do fornecimento de gás natural, dentro das limitações operacionais existentes. A gestão da produção de condensado permaneceu fundamental para garantir integridade das instalações, evitar constrangimentos operacionais adicionais e assegurar a continuidade do fornecimento de gás natural em condições seguras e controladas.

- A unidade 33 (Compressor de Baixa Pressão) sofreu uma avaria decorrente da falha prematura das pás do primeiro estágio do compressor, comprometendo a operacionalidade da unidade. Foi conduzida uma Análise de Causa Raiz (RCA) pela equipa de manutenção, em colaboração com especialistas da Solar (OEM), tendo sido identificado que a falha provocou danos no motor. Em resultado, procedeu-se à aquisição de um novo motor junto do fabricante, nos Estados Unidos da América. Após a receção do equipamento, a montagem e os ensaios de comissionamento foram concluídos no mês de Maio, permitindo o restabelecimento das condições operacionais e a unidade encontra-se a operar novamente.
- A unidade 61 (Compressores de Alta Pressão) permaneceu indisponível durante grande parte do último trimestre devido a uma anomalia operacional. A investigação técnica identificou discrepâncias na leitura da temperatura média, associadas a desvios nos parâmetros de funcionamento do motor. Após a identificação da causa raiz, a equipa de manutenção implementou as ações corretivas necessárias, restabelecendo as condições normais de operação e permitindo a operacionalização da unidade.
- A linha de produção dos 50 (Correcção do Ponto de Orvalho) registou diversas avarias e períodos de baixo desempenho durante o período em análise, tendo sido implementadas acções correctivas abrangentes nas unidades 51, 52 e 53, com o objectivo de restabelecer a disponibilidade, melhorar a fiabilidade e assegurar a estabilidade operacional dos equipamentos. As intervenções realizadas contribuíram para uma redução significativa das ocorrências recorrentes de obstrução dos filtros nas unidades 52 e 53. Na unidade 53, foi identificada uma degradação severa da condição do óleo lubrificante, associada à falha da vedação mecânica, tendo sido efectuada a substituição do componente e restabelecidas as condições adequadas de

operação do sistema. Foram igualmente realizadas intervenções nas bombas de desgaseificação das unidades 51, 52 e 53, permitindo recuperar o seu funcionamento normal. Na sequência da conclusão das actividades de manutenção e da respectiva validação operacional, as unidades 51, 52 e 54 encontram-se actualmente em operação, enquanto a unidade 53 permanece em manutenção preventiva.

Entretanto, foram levadas a cabo operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- Entre os dias 27 a 29 do mês de Março, decorreu com sucesso a paragem anual planificada de produção (*shutdown*), sem registo de incidentes de segurança. Foram realizadas várias actividades, tais como: testes de falha de alarmes, substituição de válvulas em várias unidades, inspeções estatutárias a tanques, reparação e limpeza de separadores e tanques, actualização de protocolos do sistema de controlo distribuído, melhoria da rede de seguranças e verificação de painéis, disjuntores e sistemas eléctricos, assegurando a integridades da distribuição de energia. Durante o *shutdown*, foram igualmente instaladas conexões (*tie-ins*) nos wellpads dos furos Pande-29, 22, 23, 21 e 24, para garantir a execução do projecto PEDOP Junction Compression sem interrupções na Central de Processamento.
- Na unidade 69 (Estação de Medição de Gás Natural), foi concluída com sucesso a calibração, em conformidade com a Norma ISO (Organização Internacional de Normalização).
- Na Estação de Carregamento de Condensado, foi concluída com sucesso a calibração dos medidores de vazão dos sistemas de carregamento de condensado A, B e C, em conformidade com a Norma ISO (Organização Internacional de Normalização).

2.4.3 Manutenção da capacidade de produção e projectos de extensão do “plateau”

2.4.3.1 Programa de Extensão do Plateau e Optimização da Produção (PEDOP)

O objectivo do PEDOP é otimizar a recuperação de gás dos reservatórios do PPA aplicando soluções técnicas dentro do quadro comercial e legal. O plano do projecto visa recuperar quantidades de gás adicionais, permitindo a contínua produção de gás com pressões do reservatório inferiores à pressão de abandono, conforme aprovado no plano de

desenvolvimento e permitir a extensão do período de “*plateau*”, para satisfazer os contratos existentes de fornecimento de gás durante a sua vigência.

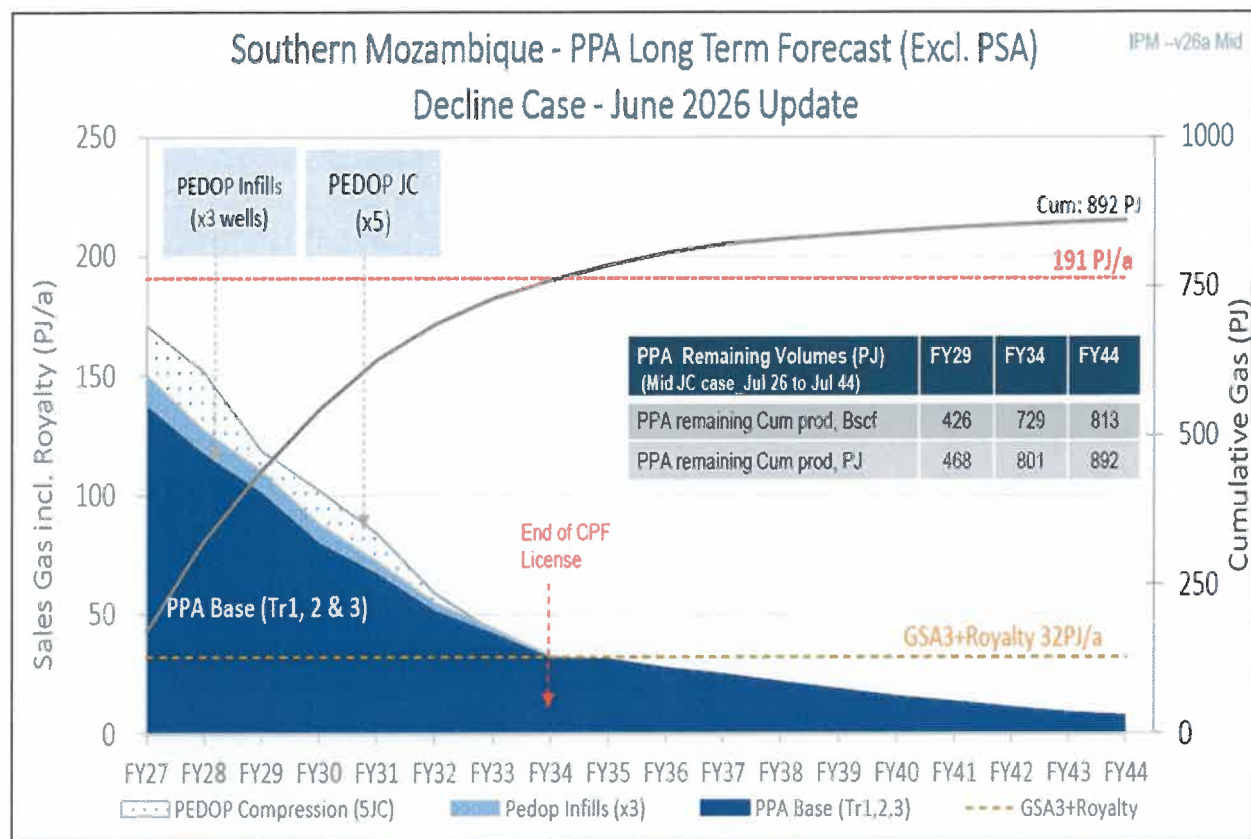
A situação actual do projecto é a seguinte:

O projecto PEDOP Junction Compression encontra-se em execução, com avanços nas actividades de instalação, construção, montagem e comissionamento dos equipamentos e infraestruturas associados aos furos e aos sistemas de compressão, conforme descrito abaixo:

- **Pande-29:** Os testes de funcionamento (RFC) foram concluídos com sucesso em 30 de Junho de 2026, estando actualmente em curso os testes de comissionamento.
- **Pande-22:** Continuaram as verificações e a montagem do compressor, bem como os trabalhos de tubagem periférica do *skid*. Os trabalhos civis e estruturais já foram concluídos e aguardam as respectivas verificações. As actividades de Controlo e Instrumentação (C&I), incluindo a instalação de cabos, permanecem em curso.
- **Pande-23:** Prosseguiram o transporte e a instalação dos arrefecedores no local. Continuam em curso as verificações dos *skids*, os aterros finais das obras civis, a preparação da base da barreira acústica para betonagem e a soldadura das linhas de sucção e descarga.
- **Pande-21:** Foi iniciada a instalação dos suportes de tubagem, que continua em curso como preparação para a instalação da tubagem.
- **Pande-24:** Foram concluídos o nivelamento do *skid* e a selagem com argamassa. Continuam os aterros em torno da base do compressor e dos rodapés adjacentes.

Os testes de funcionamento (RFC) estão em curso e seguirão a sequência indicada nos pontos anteriores. O início das operações (BO) do PEDOP Junction Compression está previsto para o segundo trimestre do AF27.

Perfil de produção do PPA - Previsão de longo prazo



2.5 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)

2.5.1. Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)

No geral, registou-se um bom desempenho em Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A), mantendo-se o progresso na implementação das iniciativas de SS&A da Sasol.

Durante o período em análise, não foram registados incidentes de Segurança, Saúde e Ambiente. Destaca-se que a CP se prepara para celebrar o Sétimo ano de operações sem acidentes com perda de dias de trabalho, um marco relevante em segurança laboral.

Todos os procedimentos e instruções de trabalho demonstram iniciativas de melhoria contínua do desempenho ambiental, alinhadas com o sistema de gestão ambiental e a certificação ISO 14001:2015 da CP.

Monitoria Ambiental

A monitoria das águas superficiais e subterrâneas é realizada duas vezes por ano, conforme previsto no OEMP (*Operation Environmental Management Plan*). O objectivo é avaliar a qualidade da água utilizada na CP e nos aquíferos, manter uma base de dados sobre os riscos associados às águas subterrâneas e superficiais, identificar potenciais impactos do consumo de água dos furos na vizinhança da CP e verificar o cumprimento da licença operacional, da legislação moçambicana e dos padrões internacionais de consumo de água.

Resultados da monitoria da água subterrânea e superficial:

- A condutividade eléctrica e o pH apresentaram valores acima dos limites de referência.
- Ca, Mg, Na e K apresentaram concentrações acima dos limites, sobretudo Ca e Mg, devido a processos geoquímicos, como a dissolução de carbonatos na água.
- Metais dissolvidos: a maioria das amostras apresentou resultados dentro dos padrões estabelecidos, excepto algumas com concentrações de alumínio acima do limite de 0,2 mg/l.

No geral, os resultados são satisfatórios, com excepção de alguns parâmetros influenciados por variações sazonais e condições ambientais. A monitoria indica que as actividades da Sasol não afectam a qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

Monitoria da Qualidade do Ar (Dióxido de Enxofre e de Nitrogénio)

As concentrações de SO₂ em todos os pontos de monitoria permaneceram abaixo do valor de referência de 24 horas, fixado em 100 µ/m³. Os dados disponíveis indicam que as operações da Sasol não contribuem significativamente para essas concentrações nos locais monitorados. Embora não exista um valor de referência de 24 horas para o dióxido de nitrogénio (NO₂), os resultados foram comparados com os limites horário de 190 µ/m³ e anual de 40 µ/m³. As concentrações ambientais de NO₂ mantiveram-se abaixo desses valores, indicando ausência de impacto significativo das operações da Sasol.

Auditorias

Em Julho de 2025, foi realizada uma auditoria externa de Segurança, Higiene e Ambiente na CP para avaliar a conformidade com os padrões da BSI (*British Standards Institution*), tendo-se destacado o seguinte:

- O centro médico revelou-se bem gerido por pessoal qualificado, e a ambulância encontrava-se adequadamente posicionada e pronta para responder a emergências.
- A auditoria confirmou que o pessoal dos sectores de produção e dos compressores de baixa pressão conhecia os procedimentos do sistema de paragem de emergência da produção. Os procedimentos relevantes estavam acessíveis, actualizados e válidos.
- Relativamente à segurança, a documentação encontrava-se preparada e disponível.

Entre 4 e 8 de Agosto de 2025, foi realizada uma auditoria aos procedimentos de gestão e monitoria de resíduos da CP. Segundo os procedimentos, os inventários de resíduos devem incluir o método de evacuação, os aspectos ambientais associados e as medidas de minimização e gestão dos potenciais impactos.

Verificou-se que o registo apresentado de resíduos perigosos e não perigosos não incluía essa informação.

O procedimento de gestão de resíduos, que orienta a gestão dos resíduos não efluentes gerados na CP, não fazia referência à lama desidratada produzida na estação final de tratamento de efluentes. Assim, não existiam orientações específicas para a gestão deste resíduo.

Além disso, a lama desidratada não constava do registo de resíduos perigosos, conforme exigido pelo procedimento. Era referida apenas como “lamas”, sem indicação da sua origem, seja de esgotos ou de efluentes.

De 24 a 28 de Novembro de 2025, realizou-se uma auditoria externa focada em Segurança, Saúde e Ambiente. Os resultados foram relevantes e não foi identificada qualquer constatação grave. Entre os aspectos positivos observados destacaram-se:

- O compromisso e a transparência na área operacional, com envolvimento evidente de todos os intervenientes.
- O sistema de gestão encontra-se desenvolvido e bem mantido.
- A revisão do sistema de gestão está devidamente documentada.

Algumas não conformidades identificadas:

- As auditorias de conformidade com os requisitos legais de saúde e segurança no trabalho, bem como de outras áreas, não foram realizadas com a frequência prevista nos manuais, sem justificação plausível.
- As não conformidades relativas ao fornecedor de andaimes, identificadas na auditoria, não foram resolvidas, sem justificação plausível.
- O inventário de resíduos não inclui informação sobre o método de evacuação, os aspectos ambientais associados às opções de evacuação nem a gestão dos potenciais impactos.

Remediação do Pande-4

O projecto visa avaliar a opção de remediação mais adequada para o Pande-4, incluindo a monitoria do subsolo, a contenção à superfície e a monitoria contínua do solo, da água e do gás. A campanha de monitoria decorreu em Outubro de 2025 e é realizada semestralmente.

O progresso é apresentado a seguir:

- I. Está em curso aquisição de dados de satélite para monitorar as emissões de metano (CH_4). Contudo, o contrato de aquisição de dados expirou em Junho de 2026, aguardando-se uma decisão sobre a sua extensão para actividades futuras.
- II. A monitoria ambiental no Pande-4 foi realizada pela Gondwana. Os resultados laboratoriais das amostras de água e solo recolhidas e analisadas estão resumidos abaixo:
 - Os resultados da análise orgânica dos solos indicam a presença de hidrocarbonetos voláteis nas amostras recolhidas na área do Pande-4.
 - O fluxo de água da berma do Pande-4 para a cratera cessou; não foi observado qualquer fluxo desde o início do actual programa de monitoria.
 - Os parâmetros de medição indicam pH neutro na água subterrânea. A condutividade eléctrica revela elevada salinidade, variando entre 1 000 e 2 500 mS/m, em linha com dados anteriores.
 - A inspecção visual da lagoa não identificou o borbulhar de água associado a emissões de gás.
 - Os resultados da triagem do solo na área do Pande-4 indicam concentrações de hidrocarbonetos na fase de vapor, de ligeiras a elevadas, atingindo cerca de 9 775 ppm. As concentrações de CH_4 nos perfis do solo variam entre 1 412 e 2 786 ppm.

- Quanto ao limite inferior de explosividade, todos os pontos de monitoria na área do Pande-4 apresentaram leituras de 0%. Este resultado mantém-se desde Dezembro de 2021 até à campanha actual.

O trabalho de monitoria ambiental realizado pela Gondwana está concluído para esta fase do projecto, aguardando-se decisões sobre a fase seguinte do programa de monitoria.

2.6 Questões Comerciais e Legais

Durante o AF26, os Parceiros UJV (na qualidade Vendedores) e a Sasol Gas (na qualidade Compradora) esperam aprovar o Perfil de Fornecimento de Gás, no âmbito do Projecto PEDOP, quando estiver próximo do Início de Operações do primeiro Compressor. Nesse sentido, o processo de assinatura, pelos Parceiros da UJV, da garantia que deve ser prestada pela Compradora, no âmbito do Projeto PEDOP Junction Compression está condicionado a aprovação do referido Perfil de Fornecimento de Gás.

No que diz respeito ao Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos (CVHL) à Petromoc, foi assinada a Segunda Emenda ao CVHL com a Petromoc, em Junho de 2026, tendo o mesmo começado a vigorar no dia 1 de Julho de 2026, pelo período de 1 ano. Ao abrigo da referida Emenda, a Petromoc emitiu uma garantia bancária actualizada, com o valor correspondente ao período da prorrogação.

Paralelamente, os Parceiros da UJV têm estado a negociar a proposta de Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos com a ENH, até ao fim do Projecto, na qualidade de representantes do Estado Moçambicano.

Quanto aos Contratos para a viabilização do Projecto do PSA, está em curso o processo de celebração da primeira Emenda ao Contrato de Processamento de Gás celebrado entre a SPT e a SPM, no dia 4 de Dezembro de 2023.

Ainda no que diz respeito à viabilização do Projecto do PSA, as equipas técnicas da SPM e da SPT têm efectuado estudos conjuntos para solucionar a questão da salinidade identificada, constatado no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços de Tratamento e Eliminação da Água Produzida, celebrado em Janeiro de 2025 e que pode ser alterado, caso haja impacto na taxa de serviço resultante do referido estudo.

Mudanças Materiais na Lei

Durante o reportado período, foram verificadas as seguintes mudanças legislativas:

Entrou em vigor a nova Lei de Petróleos, aprovada pela Lei n.º 8/2026, de 03 de Junho, revogando deste modo a Lei n.º 21/2014, de 18 de Agosto (antiga Lei de Petróleos) e a Lei n.º 16/2022, de 19 de Dezembro (Lei que introduzia alterações a antiga Lei de Petróleos). Constitui objecto da Lei de Petróleos “*o regime de atribuição de direitos para a realização de operações petrolíferas na República de Moçambique e para além das suas fronteiras, na medida em que esteja de acordo com o Direito internacional*”.

No mesmo período, entrou em vigor a Lei de Conteúdo Local, aprovada através da Lei n.º 09/2026, de 03 de Junho, esta Lei estabelece “*o regime jurídico a observar na aquisição de bens, contratação de serviços e emprego de mão-de-obra nacional, pelos projectos e empreendimentos da indústria de petróleo e gás natural implementados ao abrigo da Lei de Petróleo, com vista à promoção do Conteúdo Local*”.

Litígios

Ao abrigo da cláusula 4.5 do JOA, a SPT na qualidade de Operadora do Projecto deu a conhecer que até 30 de Junho de 2026, tinha 13 processos judiciais e acordos em curso, a saber:

- a) 12 (doze) Laborais, dos quais: 5 (cinco) casos em julgamento/processo judicial em curso; 4 (quatro) casos resolvidos/ encerrados; e 3 (três) novos casos em julgamento/processo judicial; e
- b) 1 (um) processo judicial em curso.

2.7 Responsabilidade Social Corporativa (UJV)

Durante o exercício findo em 30 de Junho de 2026 (AF26), o Consórcio do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane continuou a desempenhar um papel activo na promoção do desenvolvimento socioeconómico das comunidades localizadas na área de influência do Projecto, nos distritos de Govuro e Inhassoro.

A implementação dos projectos de investimento social centrou-se na execução dos Acordos de Desenvolvimento Local, que constituem um dos principais instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades, através da melhoria das condições de vida, do acesso a serviços essenciais e da criação de oportunidades para o desenvolvimento

económico local.

Durante o período em análise, registou-se um nível de execução elevado e satisfatório, com progressos significativos na implementação dos projectos, particularmente no âmbito do LDA I.

Acordos de Desenvolvimento Local (ADL) I

A implementação do ADL I encontra-se na sua fase final, com a maioria dos projectos comunitários concluídos, e apenas algumas infraestruturas em fase de construção. Os compromissos remanescentes continuarão a ser acompanhados pelos actuais comités de gestão até à sua conclusão física, financeira e contratual.

Entre as principais realizações do período, destacam-se:

- **Acesso à Electricidade:** Distribuição de aproximadamente 1.500 sistemas solares domésticos em 13 comunidades, bem como a conclusão de 2 mini-redes solares, contribuindo directamente para a expansão do acesso à energia e a melhoria das condições de vida das populações beneficiárias.
- **Projectos de Pequena Escala:** Conclusão das obras de 3 campos comunitários de futebol, promovendo espaços de lazer, inclusão social e o desenvolvimento da juventude.
- **Projectos Autónomos:** Implementação do Programa Comunitário de Criação de Caprinos, reforçando os meios de subsistência e a diversificação das actividades geradoras de rendimento familiar.
- **Água e Saneamento:** Conclusão e entrega dos sistemas de abastecimento de água Maluvane e Mbaule (incluindo a instalação de painéis solares)

Embora se tenham registado avanços significativos na execução dos projectos do LDA I, permanecem alguns projectos em curso, cuja conclusão está prevista para o próximo exercício financeiro (AF 27). Entre estes destacam-se a construção da Escola Secundária de Chitsotso, em Inhassoro; os Centros de Saúde de Pande e Doane, em Govuro; o Campo de Futebol de Govuro; e o Sistema de Refrigeração de Chipongo, em Inhassoro.

Acordos de Desenvolvimento Local (ADL) II

Paralelamente a implementação dos projectos atinentes ao ADL I, iniciou-se a implementação do ADL II. Importa destacar os seguintes avanços:

No programa de Acesso à Electricidade, a componente de electrificação fora da rede (off-grid) foi concluída. A componente ligada à rede nacional (on-grid) registou atrasos decorrentes de limitações na cadeia de abastecimento da EDM para aquisição de materiais, prevendo-se a conclusão da electrificação das oito comunidades abrangidas em Setembro de 2026.

Na área de Projectos Autónomos, foi igualmente formalizado um Memorando de Entendimento com o Governo Distrital que permitirá o lançamento da Fase II construção da Escola Secundária de Inhassoro no primeiro trimestre do FY27.

Prosseguiram igualmente os trabalhos de concepção da Escola Secundária de Pambara, no distrito de Vilankulo, cuja conclusão do projecto técnico está prevista para o primeiro trimestre do FY27.

Outras Iniciativas

Para além das intervenções previstas nos Acordos de Desenvolvimento Local, foram entregues, 2 embarcações de transporte de passageiros ao Governo da Província de Inhambane, visando restabelecer a mobilidade entre as cidades de Inhambane e Maxixe, após a degradação da frota anteriormente utilizada devido aos impactos de eventos ciclónicos.

3. Actividades da CMH

3.1 Aspectos Legais

3.1.1 Litígios

Não há litígios a reportar durante o reportado período.

3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

Durante o reportado período, o preço médio das acções da CMH durante o exercício em referência foi de 3 676 meticais. A 30 de Junho de 2026, a CMH tinha 1 609 accionistas, dos quais 1 607 são accionistas da classe C, um accionista da classe A (o Estado) e um accionista da classe B (ENH).

3.3 Recursos Humanos

Até este período em análise, a massa laboral da CMH é de 21 trabalhadores dos quais 6 são do sexo Feminino e 15 do sexo Masculino. Em termos do nível académico todos quadros da CMH possuem o nível superior.

• Execução de Actividades e Monitoria de Processos

O Sector de Recursos Humanos desenvolveu as actividades previstas no seu plano de trabalho, assegurando a implementação de processos fundamentais tais como Processamento de Salários, cumprimento das obrigações fiscais e contributivas, tramitação de actos administrativos, de forma a garantir o cumprimento dos objectivos organizacionais, aplicação da legislação e as políticas internas.

O Sector de Recursos Humanos de forma sistemática tem envidado acções com vista a aprimorar os procedimentos de Gestão de Recursos Humanos, dando maior destaque para o cumprimento das recomendações do Relatório de Auditoria Interna.

• Execução do Plano de Formação

Durante o período em análise, foi implementado o Plano de Formação aprovado, com o objetivo de desenvolver as competências técnico-profissionais dos colaboradores, em alinhamento com as necessidades estratégicas da CMH.

A execução do plano contemplou formações a nível nacional e internacional, abrangendo diferentes áreas de actuação. As formações realizadas contribuíram para o aperfeiçoamento das competências dos colaboradores, melhoria do desempenho individual e colectivo.

De modo geral, o nível de execução do Plano de Formação foi satisfatório, tendo sido realizadas as actividades previstas a 100 %.

A CMH continuará a investir na capacitação dos seus colaboradores, promovendo uma cultura de aprendizagem contínua, inovação e melhoria do desempenho, para responder aos desafios actuais.

• Seguro de Saúde

A CMH manteve o benefício de Seguro de Saúde para os seus colaboradores, reafirmando o seu compromisso com a promoção do bem-estar, da saúde e da qualidade de vida dos recursos humanos.

Actualmente o seguro de saúde beneficia cerca de 127 vidas. A gestão da carteira de seguro de saúde da CMH é feita pela Seguradora Mediplus, S.A. que proporcionou o acesso a uma rede de serviços médicos e hospitalares, contribuindo para uma resposta mais célere às necessidades de assistência médica dos colaboradores e o seu agregado familiar.

• Gestão do Fundo de Pensão Complementar

A CMH possui um Contrato Constitutivo do Fundo de Pensão da CMH firmado com a Seguradora Moçambique Previdente, entidade gestora do Fundo de Pensões dos Colaboradores efectivos da CMH firmado a 28 de Setembro de 2016. O referido fundo é participado pela CMH em 7% e pelo Trabalhador em 3% do salário Líquido mensal, totalizando a contribuição mensal individual de 10% ao Fundo. Fazem parte deste Fundo de Pensões cerca de 20 membros.

• Seguros de Vida do Fundo de Pensões

O fundo de pensões dos trabalhadores da CMH possui um seguro de vida para os seus membros subscrito na Seguradora SANLAM. Até ao presente período o referido seguro nunca foi acionado.

• Seguro contra Acidentes de Trabalho

A CMH firmou um Contrato de Seguro contra Acidentes de Trabalho com a Seguradora Hollard Seguros, com o número de apólice WCAS3281051. Durante o período findo não foi registado nenhum Acidente de Trabalho.

3.4 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da CMH

No âmbito da implementação da sua política de Responsabilidade Social Empresarial, a CMH continuou a apoiar iniciativas de impacto social, alinhados com os seus sectores estratégicos de intervenção e contribuindo, desta forma para o desenvolvimento sustentável.

Durante o exercício, destacam-se as seguintes realizações:

Promoção do Acesso ao Gás Natural

Como parte do seu compromisso estratégico com o acesso à energia, a CMH financiou a segunda fase da reabilitação da rede de distribuição de gás natural, cuja execução técnica está a cargo da ENH. A intervenção visa reforçar a integridade física e operacional do sistema, em conformidade com rigorosos padrões de segurança, contribuindo para a fiabilidade e continuidade do fornecimento de gás natural no norte da província de Inhambane. As obras encontram-se em curso.

Desenvolvimento Comunitário e Apoio Humanitário

No domínio do desenvolvimento local e do reforço da resiliência das comunidades, a CMH canalizou recursos estratégicos para o Projecto de Infraestruturação de 300 hectares de terras do Governo de Matutuíne, iniciativa que contribuirá para o ordenamento territorial e para a melhoria das condições de habitabilidade.

Na vertente humanitária, a Empresa apoiou o Gabinete da Primeira-Dama na prossecução dos seus objectivos sociais, com particular enfoque na assistência às vítimas das inundações que afectaram a Província de Maputo. Paralelamente, promoveu uma campanha solidária interna através da qual os colaboradores da CMH procederam à recolha de bens de primeira necessidade, posteriormente entregues ao Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), para apoio às famílias afectadas pelas calamidades.

Ainda no âmbito da resposta humanitária, a CMH apoiou a Associação dos Produtores Agrícolas de Maguiguane, através da disponibilização de bens essenciais destinados às vítimas das inundações no Distrito de Guijá.

A Empresa participou igualmente na Gala Beneficente da TVM e patrocinou a III Jornada Nacional da Juventude, reforçando o seu compromisso com iniciativas de elevado impacto

social e de promoção da cidadania.

Cultura, Literacia e Preservação Histórica

A CMH continuou a apoiar iniciativas que promovem a valorização da cultura, da literatura e da preservação da memória colectiva.

Neste âmbito, patrocinou o projecto artístico multifacetado de José Barata, incluindo as obras *Memórias do José Barata* e *Xinonaquila*, bem como a produção discográfica *Malala*, do artista Leo Gwambe. A Empresa apoiou igualmente a realização do concerto comemorativo dos 50 anos de carreira do artista António Tamele e do Ngoma Moçambique 2025.

Na área da literatura, apoiou a publicação da obra *Vozes da Adolescência*, de Ana Rosa Mondle, e patrocinou a edição do livro *Quando as Imunidades Caducam e Outras Histórias Sápidas*, da autoria de Florentino Kassotche.

No domínio da preservação da memória histórica nacional, a CMH apoiou a publicação das obras do Dr. Carlos Jorge Siliya, *Assembleia da República: Centro de Convergência Democrática e Feliciano Gundana – O Percurso de um Herói*.

Desporto, Ciência e Sustentabilidade

No domínio do desporto, a CMH patrocinou a transmissão televisiva do Afrobasket 2025 e do Mundial 2026. A Empresa apoiou igualmente o Baía de Pemba FC, as Jornadas Científicas do Desporto promovidas pelo INADE e patrocinou o Comité Olímpico de Moçambique no âmbito da participação nacional nos Jogos da Commonwealth 2026.

Na vertente científica e ambiental, apoiou a realização do VIII Congresso Ambiental, a I Global Sustainable Tourism Summit, em Inhambane, e a Feira Anual de Gemas (FAGENA), promovida pelo Museu Nacional de Geologia, contribuindo para a divulgação científica, valorização do património geológico e promoção da sustentabilidade.

Juventude e Fortalecimento Institucional

A CMH manteve o seu compromisso com a capacitação da juventude, patrocinando a XII Edição do Prémio Jovem Criativo e apoiando o Conselho Nacional da Juventude, a

Associação Coalização da Juventude e a Associação dos Estudantes de Engenharia da Universidade Eduardo Mondlane, possibilitando a participação de estudantes moçambicanos no Congresso Anual da Society of Petroleum Engineers (SPE) 2026, realizado no Quénia.

No plano institucional, a Empresa apoiou a realização do XI Conselho Coordenador do Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), reafirmando o seu compromisso com o fortalecimento institucional e o desenvolvimento do sector energético nacional.

A CMH apoiou igualmente iniciativas de desenvolvimento local, incluindo a feira comunitária do Distrito de KaMavota e as celebrações do Dia de Cabo Delgado.

Património Social e Comunitário

No âmbito da preservação do património histórico, cultural e religioso, a CMH apoiou a Diocese de Caia na reabilitação do Lar e da Igreja de Murraca, na Província de Sofala, contribuindo para a valorização de um importante património comunitário e para o fortalecimento das actividades de formação social e religiosa da juventude.

A Empresa apoiou igualmente as comemorações do Dia Internacional da Criança promovidas pela ADESSO, na Polana Caniço, reforçando o seu compromisso com o bem-estar e inclusão das crianças.

Bem-estar dos Colaboradores

Internamente, a CMH promoveu diversas iniciativas dirigidas aos seus colaboradores, assinalando datas de elevado significado social, nomeadamente o Dia da Mulher Moçambicana, o Dia do Trabalhador e o Dia Internacional da Criança, reforçando uma cultura organizacional assente na valorização das pessoas e na promoção do bem-estar.

3.5 Empresa holding e participadas

A CMH é detida pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

3.6 Assembleia Geral

No dia 30 de Setembro de 2025, teve lugar uma Assembleia Geral Ordinária da CMH, onde foram deliberados o seguinte:

- Adiamiento da eleição de novos membros para os órgãos sociais da CMH, por 30 dias;
- Aprovação do Relatório e Contas do ano findo a 30 de Junho de 2025;
- Distribuição de 80% do lucro a título de dividendos e 20% dos lucros para reserva legal;
- Ractificação da designação de substitutos dos membros do Conselho de Administração, para o preenchimento das vagas deixadas com o falecimento do Administrador Fernando Francisco Faustino, pelo Administrador Eliseu Joaquim Machava e com a cessação de funções do Administrador Fahim Farook Mahomed, pelo Administrador Lovemore Chibaya;
- Contratação da empresa a ser adjudicada pela ENH, EP., para auditar as contas da CMH referente aos Anos Fiscais 2026, 2027 e 2028.

3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas de NIRF

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o PGC-NIRF, para o ano findo a 30 de Junho de 2026.

3.8 Gestão da dívida

1.8.1 Serviço da Dívida

Durante este exercício findo em 30 de Junho de 2026, os credores concluíram o desembolso do crédito total de USD 50 000 000 para financiar o projeto do PPA. O serviço da dívida pago foi de USD 14 548 965 (sendo USD 11 564 237 de capital e USD 2 984 728 de juros). O saldo da dívida é de USD 31 332 808, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Financiador	Valor contratado	Valor desembolsado	Montante por desembolsar	Serviço da dívida (pagamento)		Montante em dívida
				Capital pago	Juro pago	
Standard Bank	20.000.000	20.000.000	-	6.250.000	1.622.332	13.750.000
BCI	20.000.000	20.000.000	-	7.777.778	2.644.938	12.222.222
Nedbank	10.000.000	10.000.000	-	3.380.959	1.363.518	6.619.041
TOTAL	50.000.000	50.000.000	-	17.408.737	5.630.787	32.591.263

1.8.2 Rácios financeiros e económicos

Rácios	2026	2025
Equilíbrio Financeiro		
Liquidez Geral	4.7	8,0
Rácios económicos		
Rentabilidade do capital próprio	19%	17%
Rentabilidade do activo	13%	12%

3.9 Investimento de curto prazo

3.9.1 Contas no estrangeiro (*Off-Shore*)

Durante este ano financeiro, a CMH continuou a investir os seus saldos em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul e esta render juros razoáveis.

3.9.2 Contas no país (*On-Shore*)

Como forma de obter juros razoáveis sobre as contas correntes, a CMH investiu em depósitos a curto prazo.

3.10 Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve mudança nas políticas contabilísticas durante o ano.

3.11 Dividendos pagos e declarados

- 3.12** Durante o ano financeiro de 2026, a 30 de Setembro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde os accionistas declararam a distribuição de 80% do Resultado líquido do exercício, referente ao ano financeiro findo a 30 de Junho de 2025, no montante total de USD 38 610 860. Os mesmos foram pagos em Outubro de 2025, na totalidade. Durante o ano financeiro de 2025, a CMH pagou dividendos no valor de USD 32 163 076, referentes ao Resultado Líquido do exercício findo a 30 de Junho de 2024.

Ano Financeiro	Dividendos Declarados			Dividendos pagos			Saldo
	Data da Assembleia Geral	% dividendos sobre o lucro	Total de dividendos declarados	Data de pagamento	Montante pago	Total de dividendos pagos por cada ano financeiro	
AF06 - AF24			344,616,398		312,453,322	312,453,322	
AF25	30-Sep-25	80%	38,610,860			32,163,076	
AF26				23-Out-2025	38,610,860	38,610,860	
Total			383,227,258		351,064,182	383,227,258	

IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A., que compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2026 e a demonstração dos resultados, demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (“PGC-NIRF”). Os Administradores são igualmente responsáveis pela preparação do Relatório dos Administradores.

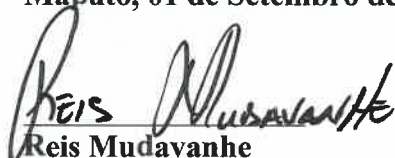
Os Administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da Empresa continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e, não têm motivos para duvidar da capacidade da Empresa continuar a operar segundo esse pressuposto num futuro próximo.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A., conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01 de Setembro de 2026 e vão assinadas em seu nome por:

Maputo, 01 de Setembro de 2026


Reis Mudavanhe

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A.

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 30 de Junho de 2026, a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A. em 30 de Junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Empresas de Grande e Média Dimensão baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras deste relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos éticos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética emitido pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), órgão do IFAC – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade por quotas | NUIT: 400016410 | NUEL nº: 101875873 | Capital social: 26.443.395 Meticals
Sede: Rua dos Desportistas nº 833, JAT V-1, 3º andar, Maputo, Moçambique

© 2026. Para informações, contacte Deloitte – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada

24

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados

Provisão para encerramento e reabilitação ambiental

(referido nas Notas 3.6, 4 e 14 das demonstrações financeiras)

As demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2026 incluem uma provisão de 54,2 milhões de Dólares dos Estados Unidos, para fazer face às responsabilidades com as operações petrolíferas das áreas dos campos de produção de Pande e de Temane, nos quais a Entidade detém um interesse de 25%, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas, celebrados em anos anteriores.

A determinação das provisões para encerramento e reabilitação ambiental desta natureza é uma área de julgamento significativo, uma vez que envolve diversas estimativas relacionadas com o valor do custo e do momento da intervenção a efectuar, as quais são efectuadas pelo Operador das operações petrolíferas. Conforme referido nas Notas 3.6 e 14, a Entidade, tendo por base um conjunto de informação prestada pelo Operador, revê anualmente as suas obrigações e responsabilidades para o encerramento e reabilitação ambiental dos projectos desenvolvidos, tendo em consideração a melhor informação disponível para a determinação da estimativa do custo a incorrer. Na determinação da estimativa dessas obrigações e responsabilidades, a Entidade tem em consideração o momento previsto para o desmantelamento, o qual se encontra dependente das datas de cessação da produção, procedendo ao cálculo do valor presente dos montantes determinados, tendo em consideração o risco específico do mesmo e taxa de inflação prevista.

Considerando o valor da rubrica “Provisões”, assim como a existência de um elevado número de pressupostos e estimativas para a determinação das responsabilidades, e a sua respectiva complexidade, consideramos que este assunto se configura como uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados

Os nossos principais procedimentos para mitigar este risco incluíram:

- Entendimento das obrigações e das responsabilidades assumidas pela Entidade decorrente das operações petrolíferas das áreas dos campos de produção de Pande e de Temane e obtenção do cálculo da provisão preparado pelo órgão de gestão;
- Avaliação da política de reconhecimento da provisão para encerramento e reabilitação ambiental, por referência às normas contabilísticas aplicáveis;
- Avaliação do desenho, da implementação e do teste à eficácia operacional das actividades de controlo relevantes na determinação e no registo da provisão;
- Verificação da coerência da informação prestada pelo Operador relativamente às estimativas do valor e do momento das intervenções a serem efectuadas com a estimativa efectuada pela Entidade;
- Análise da razoabilidade da taxa de inflação e da taxa de desconto utilizadas pelo órgão de gestão no cálculo da provisão, considerando a conjuntura económica e o mercado actual;
- Verificação da correcção aritmética do cálculo da provisão.

Avaliámos também a adequabilidade das divulgações aplicáveis, incluídas nas notas às demonstrações financeiras.

4

Outras matérias

O nosso exame das demonstrações financeiras da Entidade em 30 de Junho de 2025, apresentadas para efeitos comparativos, foi efectuado apenas na extensão necessária para nos permitir expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do ano findo em 30 de Junho de 2026. Acresce referir que a Entidade vinha preparando e prepara também demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, com o objectivo de auxiliar o fornecimento de informação financeira aos accionistas, potenciais investidores, parceiros do projecto de gás de Pande e Temane e instituições de crédito.

Outra informação

O órgão de gestão é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a Informação corporativa, a Mensagem do Presidente do Conselho de Administração, o Relatório do Conselho de Administração e a Declaração de responsabilidade dos administradores, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base o trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre este facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Entidade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

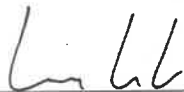
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificámos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executámos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações;
- Avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos com o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicámos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

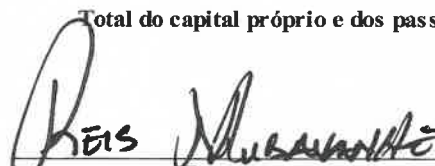


Deloitte – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Limitada
Sociedade de Auditores Certificados n.º 09/SCA/OCAM/2014,
Representada por Luís Costa
Auditor Certificado n.º 118/CA/OCAM/2026

Maputo, 1 de Setembro de 2026

VI. BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

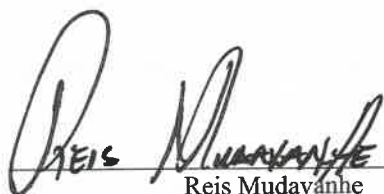
(Montantes em USD)	Notas	2026	2025
ACTIVOS			
Activos não correntes			
Ativos tangíveis	6	151 454 437	138 034 213
Activos intangíveis	7	2 685 207	3 101 369
Outros activos não correntes	26	2 325 018	2 102 142
		156 464 662	143 237 724
Activos correntes			
Inventários	8	4 486 310	3 252 882
Clientes	9	10 813 075	11 365 932
Outros activos financeiros	9	5 050 278	3 315 528
Imposto a recuperar	16	1 635 813	-
Outros activos correntes	9	5 208 910	5 105 494
Caixa e equivalentes de caixa	10	219 942 365	240 266 221
		247 136 751	263 306 057
Total de activos		403 601 413	406 543 782
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	11	25 286 649	25 286 649
Reservas legais	12	13 165 485	5 057 330
Reservas de investimento	13	14 296 822	14 296 822
Resultados transitados		186 799 859	186 726 321
Resultado líquido do exercício		36 977 508	46 719 015
Total de capital próprio		276 526 323	278 086 137
PASSIVOS			
Passivos não correntes			
Provisões	14	54 165 369	32 218 812
Outros passivos financeiros	15	156 938	102 664
Empréstimos obtidos	17	20 940 475	31 539 597
Passivo por imposto diferido	23	29 927 319	32 267 860
		105 190 101	96 128 933
Passivos correntes			
Provisões	14	-	14 896 255
Fornecedores	15	8 975 453	4 389 673
Empréstimos obtidos	17	11 650 788	11 357 449
Outros passivos financeiros	15	1 031 720	716 295
Imposto a pagar	16	-	689 485
Outros passivos correntes	15	227 028	279 555
		21 884 989	32 328 711
Total de passivos		127 075 090	128 457 644
Total do capital próprio e dos passivos		403 601 413	406 543 782


Reis Mudavanhe
Presidente do Conselho de Administração


Lovemore Chibaya
Administrador

VII. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Montantes em USD)	Notas	30 de Junho de 2026	30 de Junho de 2025
Venda de bens e serviços	18	97 662 135	111 383 825
Gastos com o pessoal	19	(10 119 118)	(11 002 660)
Fornecimento e serviços de terceiros	20	(13 344 006)	(14 388 301)
Depreciações e amortizações	6,7	(23 967 696)	(22 564 222)
Outros ganhos e perdas operacionais	21	(1 493 369)	(1 527 579)
		48 737 946	61 901 062
Rendimento financeiro líquido	22	6 042 109	7 913 637
Rendimento financeiro		11 458 744	12 640 882
Custo financeiro		(5 416 634)	(4 727 245)
		54 780 055	69 814 699
Resultado antes do imposto			
Imposto sobre o rendimento	23	(17 802 547)	(23 095 684)
Resultado Líquido do exercício		36 977 508	46 719 015



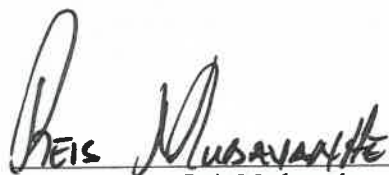
Reis Mudavanhe
Presidente do Conselho de Administração



Lovemore Chibaya
Administrador

VIII. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Montantes em USD)	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total de Capital próprio
Saldo em 30 de Junho de 2024	25 286 649	5 057 330	14 296 822	162 622 473	54 722 364	261 985 638
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	22 559 288	(22 559 288)	-
Outro rendimento integral do exercício (Nota 26)	-	-	-	1 544 560	-	1 544 560
Dividendos declarados	-	-	-	-	(32 163 076)	(32 163 076)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	46 719 015	46 719 015
Saldo em 30 de Junho de 2025	25 286 649	5 057 330	14 296 822	186 726 321	46 719 015	278 086 137
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	-	0	-
Outro rendimento integral do exercício (Nota 26)	-	-	-	73 538	-	73 538
Aumento nas reservas legais	-	8 108 155	-	-	(8 108 155)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(38 610 860)	(38 610 860)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	36 977 508	36 977 508
Saldo em 30 de Junho de 2026	25 286 649	13 165 485	14 296 822	186 799 859	36 977 508	276 526 323



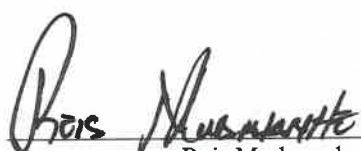
Reis Mudavanhe
Presidente do Conselho de Administração



Lovemore Chibaya
Administrador

IX. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Montantes em USD)	Notas	2026	2025
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		36 977 508	46 719 015
<i>Ajustamentos para:</i>			
Depreciação e amortização	6,7	23 967 696	22 564 222
Prejuízos cambiais	22	(129 289)	(86 561)
Rendimento financeiro	22	(11 232 318)	(12 640 882)
Custo financeiro	22	5 060 921	4 727 245
Imposto sobre o rendimento	23	17 802 547	23 095 684
		72 447 067	84 378 723
<i>Variações em:</i>			
Contas a pagar entre empresas do grupo		(19 560)	180 206
Clientes e outras contas a receber		(2 921 121)	192 537
Inventários		(1 233 428)	(990 103)
Benefícios dos empregados		(222 876)	(1 502 588)
Fornecedores e outras contas a pagar		4 213 468	(3 649 652)
Caixa gerado das actividades operacionais		72 263 552	78 609 123
Custos financeiros pago	22.2	(2 737 391)	(2 734 095)
Imposto sobre o rendimento pago	23	(22 468 386)	(27 572 083)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		47 057 775	48 302 945
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Rendimento de bilhetes de tesouro		-	28 498 048
Juros recebidos	22.1	11 597 395	13 439 249
Aquisição de Ativos tangíveis	6	(1 372 815)	(14 464 925)
Adições de activos de mineração e CPF	6	(30 703 499)	(1 459 578)
Aquisição de activos intangíveis	7	-	(127 688)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		(20 478 918)	25 885 106
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Desembolso de empréstimo		-	34 071 779
Reembolso de empréstimo		(9 047 327)	(7 102 955)
Dividendos pagos		(38 610 860)	(32 163 076)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financian		(47 658 187)	(5 194 252)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(21 079 334)	68 993 799
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		240 266 221	172 825 454
Efeitos dos movimentos cambiais em caixa detido		755 478	(1 553 030)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15	219 942 365	240 266 221



Reis Mudavanhe
Presidente do Conselho de Administração



Lovemore Chibaya
Administrador

X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Entidade Relatora

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A. (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique em 26 de Outubro de 2000, controlada pela sua empresa-mãe Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (“ENH”), que detém 70% das acções da Empresa, tendo como actividade principal o desenvolvimento das operações petrolíferas.

A Empresa foi nomeada pela ENH e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Limitada (“SPT” ou “Operador”), realizar as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, a contar a partir da data da primeira produção, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (“PPA”) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (“JOA”) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane, visto que a empresa produz e vende apenas gás e opera de forma integrada, a mesma reporta-se como um único segmento operacional. Todos os activos não correntes estão sediados em Moçambique e o rédito é gerado dentro de Moçambique.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela SPT. Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (“CP”). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo de venda dos direitos de concessão (*Farm-Out*) foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à Corporação Financeira Internacional (“IFC”) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (“AFD”), com o Banco Europeu de Investimento (“BEI”), e com o Banco de Desenvolvimento da África Austral (“DBSA”), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH exercer o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de

2006, foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;
- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a Empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota do rendimento e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

Em 2015, o Governo de Moçambique aprovou a segunda emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando assim efeito a expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP de 183 MGJ/ ano para 197MGJ/ano, possibilitando às vendedoras fornecer as quantidades contratuais máximas diárias, para a compradora, ao abrigo do Contrato de Venda de Gás (GSA1).

A Empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A”, Maputo, Moçambique.

2. Base de Preparação

2.1 Base contabilística e conformidade com o PGC-NIRF

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o PGC-NIRF. Adicionalmente, a Empresa vinha preparando e prepara demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), com o objectivo de auxiliar o fornecimento de informação financeira aos accionistas, potenciais investidores, parceiros do projecto de gás de Pande e Temane e instituições de crédito.

As transacções e os saldos relativos à participação da Empresa nas Operações Conjuntas baseiam-se nas declarações de facturação e nas informações fornecidas pelo operador.

2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte-Americanos, que é a moeda funcional da Empresa, em virtude da maioria das receitas, pagamentos e financiamentos serem em Dólares Norte-Americanos. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte-Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar Norte-Americano mais próxima.

3. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas referentes a 3.1 a 3.15 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Operações Conjuntas

Conforme mencionado na nota 1, a Empresa é parte da operação conjunta com 25% de interesse participativo. As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de uma operação conjunta (*Joint Operation*), nos termos da qual a operação não é registada como uma empresa separada, mas cada parte da operação conjunta, nos termos do empreendimento conjunto, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos, despesas e rédito das operações. O Operador é responsável por manter os registos contabilísticos das operações conjuntas em conformidade com as práticas contabilísticas geralmente aceites na indústria petrolífera internacional e quaisquer obrigações legais e contratuais.

3.2. Transacções em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data de reporte.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção. As diferenças de câmbio resultantes da conversão são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte do rendimento ou custos financeiros.

3.3. Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber e os títulos de dívida emitidos são inicialmente reconhecidos quando são originados. Todos os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro (a menos que seja contas a receber sem uma componente de financiamento significativa) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor acrescido, para um item não seja pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção que sejam directamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão. Contas a receber sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo preço da transacção.

Classificação e mensuração

A Empresa classificou seus activos financeiros como escriturados ao custo amortizado. A classificação é realizada de acordo com o modelo de negócios determinado com base na finalidade dos benefícios dos activos financeiros e fluxos de caixa esperados. De acordo com a avaliação, os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros. Os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

Activos financeiros escriturados ao custo amortizado

Os activos detidos para a cobrança de fluxos de caixa contratuais onde esses fluxos de caixa representam apenas pagamentos de capital e juros, cujos pagamentos são fixos ou pré-determinados, que não são activamente negociados e que não são instrumentos derivados, são mensurados pelo custo amortizado. São incluídos nos activos correntes, excepto para

as maturidades acima de 12 meses após a data do balanço. Os com prazo de maturidade superior a 12 meses são classificados como activos não correntes. Os activos financeiros da Empresa escriturados ao custo amortizado compreendem "contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa" nas demonstrações financeiras. Estes activos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juro efectivo. O montante bruto escriturado é reduzido pela imparidade para perdas de crédito esperadas. Os rendimentos financeiros, ganhos e perdas cambiais e imparidade são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Desreconhecimento

Activos financeiros

A Empresa desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do activo financeiro expiram ou quando transfere o activo financeiro numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo financeiro são transferidos ou em que a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à retenção do controlo sobre o activo financeiro.

A Empresa realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos no seu balanço, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Ganhos ou perdas com o desreconhecimento são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas ou expiram. A Empresa desreconhece igualmente um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido ao justo valor.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada extinta e a contraprestação paga (incluindo quaisquer activos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

Capital Social

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

3.4. Activos tangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os itens do activo tangível são inicialmente mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui todos os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria Empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauração do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item do activo tangível tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) do activo tangível.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do activo tangível são determinados pela comparação das receitas de venda com quantia escriturada dos itens do activo tangível e são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O gasto capitalizado inclui o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos indirectos que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o uso pretendido. Os gastos incorridos para perfurar e equipar os poços em desenvolvimento são capitalizados como activos de mineração no activo tangível na data em que ficou disponível para produção. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados ao custo menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

O método dos esforços bem-sucedidos é utilizado para prestar contas das actividades de exploração e avaliação de gás. Os custos geológicos e geofísicos, relacionados com poços exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nos resultados, conforme incorridos.

Após a conclusão de um furo exploratório, a Empresa poderá ter encontrado reservas de gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, existir certeza razoável que estas reservas poderem ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais as reservas potenciais provadas de gás são descobertas, é capitalizado como activos de mineração. Estes custos permanecem

capitalizados, pendentes da determinação das reservas de gás encontradas serem provadas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a sua viabilidade económica ou operacional.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos em resultados. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar o valor incorrido como um activo.

A fase de desenvolvimento é a fase em que a viabilidade técnica e comercial da extracção de uma reserva é demonstrada e a reserva identificada é preparada para as actividades de produção. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de forma confiável, o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros forem prováveis e a Empresa pretende e possui recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo.

Os custos de empréstimos relacionados com o desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outras despesas de desenvolvimento são reconhecidas em resultados, conforme incorridas.

Custos subsequentes

O custo de substituição de parte de um item do activo tangível é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte irão fluir para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O custo de manutenção diária do activo tangível é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

Depreciação

O activos são mensurados ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. A depreciação dos activos de exploração e as despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de desmantelamento, baseiam-se no

método das unidades de produção, numa base campo a campo, calculado utilizando as reservas de gás prováveis e comprovadamente desenvolvidas. Estas reservas são determinadas de acordo com o Relatório de peritos e de consultores externos e são revistas anualmente.

Para os outros activos, as depreciações são reconhecidas em resultados numa base linear sobre as vidas úteis estimadas de cada item de activos tangíveis. O investimento em curso não é depreciado.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

- Veículos automóveis	4 - 5 anos
- Equipamento	4 – 10 anos
- Edifícios	50 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

3.5. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo e subsequentemente registados ao custo menos as amortizações acumuladas e as perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos irão fluir para a Empresa a partir dos activos e se os custos dos activos puderem ser mensurados de forma fiável. Os activos intangíveis consistem unicamente em direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, nos termos de um Contrato de Produção Petrolífera assinado em Outubro de 2000. Estes activos intangíveis são amortizados numa base linear estimada até 2034.

Custos subsequentes

A despesa subsequente apenas é capitalizada quando o aumento dos benefícios económicos futuros incorporados no activo específico com o qual está relacionada, é provável. Qualquer outra despesa é reconhecida nos lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal e implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

As provisões para encerramento e reabilitação ambiental são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação legal presente ou constructiva como resultado de eventos passados, é provável que seja necessário um fluxo de recursos para liquidar a obrigação e o montante pode ser estimado com fiabilidade. As provisões desta natureza são registadas em contrapartida da rubrica de activos tangíveis, assim como subseqüente alterações decorrente da revisão das respectivas estimativas.

As provisões são determinadas mediante o desconto dos fluxos de caixa esperados a uma taxa que traduza o nível de risco do respectivo passivo, pelo que o efeito da passagem do tempo é reconhecido como um reforço da provisão em contrapartida de resultados financeiros.

O cálculo das provisões requer julgamentos da gestão em estimar os custos futuros, dado o valor da responsabilidade a incorrer, assim como o respectivo momento da sua materialização.

O montante das provisões é revisto e ajustado à data de cada balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.7. Imparidade dos Activos

Em cada data de relato, a Empresa avalia se os activos financeiros escriturados ao custo amortizado estão em imparidade. Um activo financeiro sofre uma imparidade quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro. A evidência de que um activo financeiro encontra-se em situação de perda por imparidade inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- uma violação de contrato, tal como um incumprimento ou um atraso de mais de 90 dias;
- A reestruturação de um empréstimo ou adiantamento por parte da Empresa em termos que a Empresa não consideraria de outra forma;
- É provável que o mutuário entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de um mercado activo para um título devido a dificuldades financeiras.

A quantia bruta escriturada de um activo financeiro é desreconhecido (parcial ou totalmente), na medida em que não existe uma perspectiva realista de recuperação. Este é geralmente o caso em que a Empresa determina se o devedor não tem activos ou fontes de rendimento que possam gerar fluxos de caixa suficientes para reembolsar os montantes sujeitos ao desreconhecimento.

Activos não financeiros

As quantias escrituradas dos activos da Empresa, são revistas em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se tal indicação existir, o montante recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de activos identificável que gera fluxos de caixa que são em grande parte independentes de outros activos e grupos. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes dos outros activos, a quantia recuperável é determinada para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

3.8. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos em resultados, excepto na medida em que o imposto resulte de uma transacção ou evento que seja reconhecido, no mesmo período

ou num período diferente, fora dos lucros ou prejuízos, quer em outro rendimento integral, quer directamente no capital próprio.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e a respectiva base de tributação.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os direitos de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus direitos e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revisto em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

3.9. Benefícios dos empregados

O custo de todos os benefícios a curto prazo do empregado, tais como salários, direito a férias, bónus, assistência médica e outras contribuições, são reconhecidos durante o período em que o empregado presta o respectivo serviço. A Empresa reconhece o custo esperado dos bónus apenas quando a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de fazer tal pagamento e uma estimativa fiável pode ser feita.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano

de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo empregado.

As contribuições são feitas para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), o plano nacional de segurança social, um plano de contribuição definida, que todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a fazer as contribuições que se baseiam numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrem.

Plano de benefício definido

O fundo de benefício definido foi criado em 2016. A obrigação líquida da Empresa em relação aos planos de benefícios definidos é calculada estimando o valor do benefício futuro que os empregados auferiram nos períodos actual e anterior, descontando esse valor e deduzindo o justo valor de quaisquer activos do plano.

O cálculo das obrigações de benefício definido é realizado anualmente por um actuário qualificado, utilizando o método de crédito unitário projectado. Quando o cálculo resulta em um activo potencial para a Empresa, o activo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios económicos disponíveis na forma de qualquer reembolso futuro do plano ou reduções nas contribuições futuras ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios económicos, são considerados os requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido, que compreendem ganhos e perdas actuariais e o retorno dos activos do plano (excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em reservas. A Empresa determina a despesa (rendimento) líquida de juros no passivo (activo) líquido de benefícios definidos para o período aplicando a taxa de desconto utilizada para mensurar a obrigação de benefícios definidos no início do período anual ao passivo líquido de benefícios definidos (activo), tendo em conta quaisquer alterações no passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período, como resultado de contribuições e pagamentos de benefícios. A despesa líquida de juros e outras despesas relacionadas a planos de benefícios definidos são reconhecidas em resultados.

Benefícios a curto prazo

As obrigações de benefícios a curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada e são pagas à medida que o serviço relacionado é prestado. É reconhecido um passivo pelo montante que se espera pagar sob bónus a curto prazo se a Empresa tiver uma obrigação legal presente ou construtiva de pagar o montante como resultado do serviço

passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

3.10. Inventários

Os inventários são mensurados ao menor do custo e do valor líquido realizável. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição dos inventários, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para os trazer para o seu local e condição existentes.

O custo de processamento, manutenção e outros materiais é determinado com base no método do custo médio ponderado.

O valor realizável líquido (VRL) é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para realizar a venda.

3.11. Reconhecimento do Rédito

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada em um contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita no momento da entrega dos bens, quando a entrega é confirmada pelo cliente. Considerando os contratos de venda de gás das operações em conjunto, as vendas são realizadas com prazo de crédito de trinta dias. Não há obrigações de desempenho que sejam satisfeitas ao longo do tempo.

O rédito é o valor da contraprestação que a Empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços prometidos a um cliente, excluindo os valores cobrados em nome de terceiros. O rédito é reconhecido livre dos direitos de uso (*royalties*) pagos ao Governo, rendimentos, impostos indirectos, deduções do imposto e descontos. Na produção e venda de gás a transferência e propriedade ocorre quando o gás é fisicamente entregue na entrada do gasoduto e os líquidos no ponto de carregamento na CP.

A receita de serviços é gerada a partir do processamento do gás oriundo de acordos do tipo *Production Sharing Agreement* (“PSA”) na unidade de processamento das operações em conjunto. A obrigação de desempenho é satisfeita num ponto específico no tempo, no momento da entrega do gás processado na saída da CP.

A receita reflete os proveitos provenientes da venda de gás correspondentes à parcela a que a Empresa tem direito no âmbito das operações conjuntas.

3.12. Custos operacionais

Os custos operacionais incluem despesas com pessoal, depreciação, amortização, fornecimentos e serviços diversos. Os custos operacionais são registados no período a que dizem respeito. Estes custos estão relacionados com as atividades operacionais das operações conjuntas e são apresentados nas demonstrações financeiras por função.

3.13. Dividendos

A CMH deverá pagar os dividendos de acordo com a Política de Dividendos que estabelece que a distribuição agregada será de 50% do lucro líquido.

Os dividendos são reconhecidos mediante declaração, quando os direitos tiverem sido estabelecidos.

3.14. Rendimentos e custos financeiros

Os rendimentos financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, e o efeito do desconto de provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos são registadas como rendimento financeiro ou custos financeiros.

3.15. Resultados por acção

A Empresa apresenta resultados por acção básicos e diluídos por cada acção ordinária. O resultado por acção básico, é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários da Empresa pela quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação durante o período. O resultado por acção diluído é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos accionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, para os efeitos de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras.

4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF requer que o órgão de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas como julgamentos e premissas significativos estão envolvidos na avaliação das reservas minerais remanescentes, preços de gás no mercado internacional, taxas de juros futuras e a base do

processo de orçamentação e estimativas de custos futuros para diferentes projectos de reabilitação em vista das obrigações relevantes. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados.

Julgamentos significativos estão envolvidos;

- na mensuração da vida útil dos activos tangíveis (enquanto estima as reservas minerais) e na avaliação do activo tangível;
- na estimativa dos requisitos de fundos para a obrigação de restauração do local;
- na estimativa dos fundos necessários para a obrigação de restauração.

As reservas são estimadas usando o método de reservas remanescentes materiais considerando mudanças na pressão, quantidade de gás produzida, pressão dos reservatórios inicial e corrente e o factor de compressibilidade do gás.

A informação detalhada sobre estes julgamentos e a aplicação das políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras é mencionada nas seguintes notas:

Nota 6 - Mensuração dos activos tangíveis: principais pressupostos sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos incorporados nos activos.

Nota 14 - Reconhecimento e mensuração da provisão para encerramento e reabilitação ambiental: principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude de um exfluxo de recursos.

5. Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve alterações nas políticas contabilísticas durante o exercício.

6. Activos tangíveis

	Edifício – escritórios	Veículos e Equipamento	Activos de Mineração e Central de Processamento	Investimento em curso	Total
	USD	USD	USD	USD	USD
Custo					
Saldo em 30 de Junho de 2024	2 033 209	1 602 130	338 199 400	26 831 603	368 666 342
Adições	-	594 352	1 459 578	13 870 571	15 924 503
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação	-	-	(3 288 967)	-	(3 288 967)
Alienação	-	(382 395)	-	-	(382 395)
Transferências	-	-	16 983 741	(16 983 741)	-
Saldo em 30 de Junho de 2025	2 033 209	1 814 087	353 353 752	23 718 433	380 919 483
Saldo em 30 de Junho de 2025	2 033 209	1 814 087	353 353 752	23 718 433	380 919 483
Adições	573 352	799 461	2 823 725	27 879 774	32 076 313
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação (a)	-	-	5 034 279	-	5 034 279
Alienação	-	(11 147)	-	-	(11 147)
Transferências	-	168 531	22 527 173	(22 695 704)	-
Saldo em 30 de Junho de 2026	2 606 561	2 770 932	383 738 929	28 902 502	418 018 928
Depreciação Acumulada					
Saldo em 30 de Junho de 2024	527 116	1 261 254	219 564 142	-	221 352 512
Depreciação do exercício	40 664	341 578	21 532 911	-	21 915 153
Alienações	-	(382 395)	-	-	(382 395)
Saldo em 30 de Junho de 2025	567 780	1 220 437	241 097 053	-	242 885 270
Saldo em 30 de Junho de 2025	567 780	1 220 437	241 097 053	-	242 885 270
Charge for the year	59 776	319 372	23 300 075	-	23 679 222
Disposals	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2026	627 556	1 539 809	264 397 128	-	266 504 493
Carrying amounts					
Saldo em 30 de Junho de 2024	1 506 093	340 876	118 635 257	26 831 603	147 313 830
Saldo em 30 de Junho de 2025	1 465 429	593 650	112 256 698	23 718 433	138 034 214
Saldo em 30 de Junho de 2026	1 979 005	1 231 124	119 341 802	28 902 502	151 454 437

(a) Representa a variação na estimativa dos custos de encerramento e reabilitação do local (Nota 14).

O aumento e diminuição do activo de restauração e reabilitação do local não é um item de caixa, portanto, não é considerado nos fluxos de caixa das actividades de investimento, na demonstração de fluxos de caixa.

Os Activos de Exploração e Avaliação (investimentos em curso), os Activos de Mineração e a Central de Processamento representam 25% do investimento em capital das Operações Conjuntas, nomeadamente: custo de exploração dos furos, custo de conclusão dos furos bem como furos de produção, custos de perfuração de furos de exploração adicionais, custos de desenvolvimento de activos qualificáveis, bem como da Central de Processamento (CP).

O ajustamento no custo de abandono e reabilitação do local representa as alterações na estimativa bruta da responsabilidade de reabilitação.

7. Activos Intangíveis

	Direitos de Concessão	Software	Total
	USD	USD	USD
Custo			
Em 30 de Junho de 2024	19 234 335	377 411	19 611 746
Adições	-	-	-
Investimento em curso	-	127 688	127 688
Saldo em 30 de Junho de 2025	19 234 335	505 099	19 739 434
Saldo em 30 de Junho de 2025	19 234 335	505 099	19 739 434
Adições	-	-	-
Investimento em curso - reclassificação	-	(127 687)	(127 687)
Saldo em 30 de Junho de 2026	19 234 335	377 412	19 611 747
Amortização Acumulada			
Em 30 de Junho de 2024	15 988 996	-	15 339 926
Adições	649 070	-	649 070
Saldo em 30 de Junho de 2025	16 638 066	-	16 638 066
Saldo em 30 de Junho de 2025	16 638 066	-	16 638 066
Adições	288 474	-	288 474
Saldo em 30 de Junho de 2026	16 926 540	-	16 926 540
Quantia escriturada			
Em 30 de Junho de 2024	3 245 339	377 411	3 622 750
Em 30 de Junho de 2025	2 596 269	505 099	3 101 368
Em 30 de Junho de 2026	2 307 795	377 412	2 685 207

Os activos intangíveis compreendem os direitos/custos transferidos pela empresa-mãe ENH para o projecto de gás (campos de Pande e Temane). Inicialmente os direitos de concessão estavam em nome da ENH que foram transferidos para a CMH aquando da sua constituição e estes custos estão a ser amortizados ao longo da vigência da concessão.

O investimento em curso em Software é um sistema integrado de gestão que ainda se encontra na fase de implementação.

8. Inventário

	2026 USD	2025 USD
Materiais de manutenção	4 486 310	3 252 882
	4 486 310	3 252 882

9. Clientes e outras contas a receber

	2026 USD	2025 USD
9.1) Clientes	10 813 075	11 365 932
Clientes de Operações Conjuntas	10 813 075	11 365 932
9.2) Outros activos financeiros	5 050 278	3 315 528
Sasol - Conta corrente	3 379 394	644 701
Acréscimos de juros	1 458 171	1 823 248
Outras contas a receber	212 713	847 579
9.3) Outros activos correntes	5 208 910	5 105 494
IRPC a recuperar	3 864 167	3 864 167
IVA apuramento	436 569	339 543
IVA reembolsos pedidos	901 784	901 784
Outros activos correntes	6 390	-
9.4) Imposto a recuperar	1 635 813	-
	22 708 076	19 786 954

Os Clientes de Operações Conjuntas correspondem à quota parte da CMH, nos saldos dos compradores para os quais é comercializado o gás natural produzido nos campos de Pande e Temane, ao abrigo de contratos de compra e venda de gás natural celebrados com os participantes das operações conjuntas (Sasol, CMH e IFC).

A conta corrente com a Sasol, resulta do saldo entre as chamadas de caixa e distribuição de receitas efectuadas pela Sasol na qualidade de operadora do consórcio.

O movimento do imposto a recuperar apresenta-se na nota 16.

10. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2026 USD	2025 USD
Caixa disponível	74	4
Depósitos a ordem	102 146 204	214 881 263
Conta On-shore da CMH (i)	88 586 007	207 038 591
Conta Offshore de Receitas (ii)	13 560 198	7 842 671
Depósitos a prazo	117 796 086	25 384 955
Depósitos a taxa fixa – conta onshore (iii)	110 796 086	9 384 955
Depósitos a taxa fixa – conta USD offshore (iv)	7 000 000	16 000 000
	219 942 365	240 266 221

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são as seguintes:

- i. A conta *Onshore* da CMH (Conta *Onshore* em Meticais e Conta *Onshore* em Dólares) – as receitas recebidas em Meticais, que representam menos de 20% do total das receitas da CMH, são depositadas na conta onshore. Os custos administrativos da CMH são pagos através desta conta. O saldo remanescente, se houver, é investido em depósitos a prazo. Durante o exercício, a Empresa transferiu fundos de contas offshore para contas onshore, resultando num aumento significativo dos saldos de caixa locais.
- ii. As Contas de Receitas – Todo rédito recebido em Dólares Norte Americanos é depositado nesta conta e parte das chamadas de caixa é paga por esta conta.
- iii. Depósitos a taxa fixa – Contas Onshore – A CMH aplica fundos em depósitos de curto prazo a taxa fixa junto de bancos locais, principalmente para gerir as necessidades de fluxo de caixa de curto prazo. Estes depósitos têm vencimentos inferiores a três meses a partir da data de aplicação, atendendo assim à definição de equivalentes de caixa. Os depósitos rendem taxas de juros fixas variando entre 4,75% e 13,75% para depósitos denominados em MZN, e entre 1,25% e 6,00% para depósitos denominados em USD. Depósitos a taxa fixa – Contas Offshore em USD – CMH também aplica fundos em depósitos de curto prazo a taxa fixa em USD junto de bancos internacionais, com o objectivo de garantir liquidez para compromissos de caixa de curto prazo. Estes depósitos vencem dentro de três meses após a aplicação e, portanto, são classificados como equivalentes de caixa. Os depósitos rendem taxas de juros fixas variando entre 3,50% e 4,39%.

11. Capital Social

		2026 USD		2025 USD
	%		%	
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. ("ENH"), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 292 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A Empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringe pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe "A" – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe "B" – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe "C" – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

12. Reservas Legais

Nos termos da legislação moçambicana, a Empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para cobrir prejuízos e incorporação no capital social. A Empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta de reserva legal atingiu 20% do capital social. O valor acumulado da reserva é de USD 13 165 485 (2025: USD 5 057 330).

13. Reservas de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008. O valor acumulado da reserva é de USD 14 296 822 (2025: USD 14 296 822).

14. Provisões

A rubrica Provisões para encerramento e reabilitação ambiental corresponde às responsabilidades assumidas pela Empresa relativamente às operações petrolíferas desenvolvidas no âmbito da sua actividade.

Na sequência dos acordos celebrados com a ENH e com o Governo de Moçambique, a Empresa, a Sasol Petroleum Temane, Lda. ("SPT" ou "Operador") e a IFC são responsáveis pelo desenvolvimento e exploração das operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, nos quais a Empresa detém uma participação de 25%, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas celebrados entre as partes.

De acordo com os referidos acordos, os participantes nas operações petrolíferas encontram-se obrigados a proceder ao encerramento das operações, ao desmantelamento das infraestruturas e à reabilitação ambiental das áreas intervencionadas no final da vida útil dos projetos. Consequentemente, é efectuada, anualmente, a melhor estimativa dos encargos futuros associados ao cumprimento destas obrigações.

A mensuração destas responsabilidades envolve um elevado grau de julgamento, uma vez que depende de pressupostos relativos à natureza e extensão dos trabalhos de desmantelamento e reabilitação a realizar, à evolução dos custos futuros e ao momento em que as intervenções terão lugar. A SPT, na qualidade de Operador das operações petrolíferas de Pande e Temane, é responsável pela determinação do valor estimado destas responsabilidades, revendo anualmente os pressupostos e estimativas subjacentes, com base em informação técnica interna e em relatórios elaborados por especialistas externos.

Na determinação do montante da provisão, a Empresa, tendo em consideração a informação prestada pelo Operador relativamente aos custos estimados a incorrer e às datas previstas para a cessação da produção e consequente desmantelamento das instalações, procedendo ao cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, considerando a taxa de inflação projetada para o momento do desmantelamento e utilizando uma taxa de desconto que reflecta os riscos específicos associados à obrigação.

As alterações nas estimativas dos custos futuros de encerramento e reabilitação ambiental,

bem como alterações no prazo previsto para a execução das intervenções ou nas taxas de desconto aplicáveis, podem resultar em alterações relevantes ao valor da provisão reconhecida nas demonstrações financeiras.

Em 30 de Junho de 2026, os principais pressupostos da determinação da provisão para encerramento e reabilitação ambiental são os seguintes:

- Custo total a incorrer: 84 498 524 USD
- Taxa de inflação: 2,20%
- Taxa de desconto: 4,47%

	2026 USD	2025 USD
Longo Prazo		
Saldo de abertura	32 218 812	43 209 724
Juros nocionais sobre provisões (Nota 22)	2 016 023	1 140 120
Transferência	14 896 255	-
Capitalizado em activos tangíveis (Nota 6)	5 034 279	(12 131 032)
Saldo de fecho	54 165 369	32 218 812
Curto Prazo		
Saldo de abertura	14 896 255	10 616 659
Juros nocionais sobre provisões (Nota 22)	-	308 953
Capitalizado em activos tangíveis (Nota 6)	-	8 842 065
Utilizada no período	-	(4 871 422)
Transferências	(14 896 255)	-
Saldo de fecho	-	14 896 255
Total	54 165 369	47 115 067
Fluxo de caixa esperado		
Dentro de um ano	-	14 896 255
1 - 5 anos	11 501 904	29 413 476
Mais que cinco anos	42 663 465	2 805 336
Total	54 165 369	47 115 067

A redução da estimativa da provisão capitalizada em activos no valor líquido negativo de USD 3 288 967 em 2025, deveu-se essencialmente pelo aumento do factor de desconto para o cálculo do valor presente da provisão, quando comparado com o ano anterior.

Para o ano de 2026, houve uma redução significativa do mesmo factor, facto que contribuiu para uma capitalização positiva em activos.

De acordo com as estimativas actuais, não há previsão de actividades de abandono nos próximos 12 meses, facto que contribuiu para a transferência da provisão a curto prazo para o longo prazo.

15. Fornecedores e outras contas a pagar

	2026 USD	2025 USD
Não-corrente		
Outros passivos financeiros	156 938	102 664
Corrente		
Fornecedores	8 975 453	4 389 673
Fornecedores nas operações conjuntas	8 908 001	4 236 873
Fornecedores gerais	67 452	152 800
Outros passivos financeiros	1 031 720	716 295
Contas a pagar entre empresas do grupo (Nota 25)	205 669	225 229
Contribuições para o Fundo de Pensões (b)	296 534	168 379
Acréscimo de juros de financiamento (c)	477 149	241 885
Credores trabalhadores	52 368	80 802
Outros passivos correntes	227 028	279 555
INSS	13 407	15 949
Segurança social complementar - Fundo de Pensões	2 716	263 602
Outros passivos correntes	210 905	-
Imposto a pagar - ver nota 9	-	689 485
	10 234 201	6 075 008

16. Imposto a (recuperar) / pagar

O movimento do imposto a recuperar apresenta-se conforme se segue:

	2026 USD	2025 USD
Saldo inicial	689 485	2 459 587
Retenções na fonte	(3 060 360)	(2 491 686)
Pagamento durante o exercício	(19 408 026)	(25 080 397)
Imposto corrente	20 143 088	25 801 981
Saldo de fecho	(1 635 813)	689 485

17. Empréstimos

	2026 USD	2025 USD
Não corrente	20 940 475	31 539 596
BCI Bank	7 777 778	12 222 222
NED Bank	4 412 697	6 817 374
Standard Bank	8 750 000	12 500 000
Corrente	11 650 788	11 357 449
BCI Bank	4 444 444	4 444 444
NED Bank	2 206 344	1 913 005
Standard Bank	5 000 000	5 000 000
	32 591 263	42 897 045

A CMH assinou uma facilidade de crédito de médio prazo de USD 50 000 000 com três bancos comerciais.

Os detalhes do credor e das facilidades aprovadas são fornecidos abaixo:

Nome do banco	Standard Bank da Africa do Sul (SBSA)	Banco Comercial e de Investimento (BCI)	Nedbank Moçambique
Finalidade do empréstimo	Para efeitos de financiar a sua participação no projecto do Programa de Extensão do Plateau e Optimização da Produção (PEDOP) PPA PEDOP.		
Taxa de juro	SOFR 3 meses mais margem de 3.50%	SOFR 3 meses mais margem de 3.50%	SOFR 3 meses mais margem de 3.25%
Garantias	Sem garantias (Empréstimo sem garantia)		
Prazo	60 meses		
Facilidade total	USD 20 000 000	USD 20 000 000	USD 10 000 000
Facilidade desembolsada	USD 20 000 000	USD 20 000 000	USD 10 000 000
Facilidade não desembolsada	-	-	-
Data de contratação	28 de Março de 2024	08 de Fevereiro de 2024	11 de Abril de 2024
Maturidade	29 de Dezembro de 2029	26 de Fevereiro de 2029	10 de Maio de 2029

O objectivo do PEDOP é otimizar a recuperação de gás dos reservatórios do PPA aplicando soluções técnicas dentro do quadro comercial e legal. O plano do projecto visa recuperar quantidades de gás adicionais, permitindo a contínua produção de gás com pressões do reservatório inferiores à pressão de abandono, conforme aprovado no plano de desenvolvimento e permitir a extensão do período de “plateau”, para satisfazer os contratos existentes de fornecimento de gás durante a sua vigência.

Os valores financiados foram transferidos, por meio de chamadas de caixa, para a operadora da Joint Operating (JO), com vista à execução dos projectos da UJV. Importa salientar que os reembolsos do crédito já foram iniciados, em conformidade com os termos contratuais estabelecidos.

Alguns empréstimos têm as seguintes *covenants*:

- O rácio *Debt/EBITDA* deve ser menor ou igual a 2,5 ($Debt/EBITDA \leq 2,5X$). No fim do período o rácio foi de 0,45, portanto este *covenant* foi cumprido.
- O rácio *DSCR* deve ser maior ou igual a 1,5 ($Free\ Cash\ Flow/Debt\ Service \geq 1.5X$). No fim do período o rácio foi de 16,55, portanto este *covenant* foi cumprido.
- O rácio *EBITDA Interest Coverage* deve ser maior ou igual a 3 ($EBITDA/Interest \geq 3X$). No fim do período o rácio foi de 23,88, portanto este *covenant* foi cumprido.

18. Venda de bens e serviços

	2026 USD	2025 USD
Gás Natural	86 576 252	105 628 534
Condensado	2 351 827	2 566 476
PSA (Serviços de processamento)	8 734 056	3 188 815
	97 662 135	111 383 825

O aumento significativo nas receitas provenientes do PSA é explicado pelo aumento de gás natural produzido pelos furos do PSA, processado na central do PPA.

19. Gastos com o pessoal

	2026 USD	2025 USD
Custos com pessoal - Administrativos	6 155 956	7 268 358
Remuneração dos empregados	4 886 170	5 433 707
Remuneração dos Administradores	887 922	974 337
Segurança social	95 973	109 198
Formação	239 856	321 770
Outros custos com pessoal	46 035	429 346
Custos com pessoal - Operações Conjuntas	3 963 162	3 734 302
	10 119 118	11 002 660

Os custos com pessoal de Operações Conjuntas referem-se à participação da empresa nos custos relativos aos colaboradores nos campos de gás de Pande e Temane e na Central de Processamento (CP).

20. Fornecimentos e serviços de terceiros

	2026 USD	2025 USD
Fornecimentos e serviços - Administrativos	2 022 982	2 526 885
Trabalhos especializados	335 789	806 688
Deslocações e estadias	297 272	325 805
Manutenções e reparações	56 157	575 586
Serviços prestados pela a ENH	745 437	381 673
Licenças	138 008	137 519
Comunicações	187 059	136 680
Seguro automóvel e de instalações	57 489	53 374
Segurança automóvel e de instalações	41 720	48 410
Outros fornecimentos e serviços	164 051	61 150
Fornecimentos e serviços - Operações Conjuntas	11 321 024	11 861 417
	13 344 006	14 388 302

Os fornecimentos e serviços de Operações Conjuntas apresentam-se como se segue:

	2026 USD	2025 USD
Fornecimentos e serviços - Operações conjuntas	11 321 024	11 861 417
Trabalhos especializados	2 236 337	2 040 776
Manutenções e reparações	5 683 082	5 344 983
Materiais de escritório	299 100	272 870
Licença	116 001	102 683
Segurança	361 415	239 819
Transporte e distribuição	555 092	593 767
Seguros	233 739	210 637
Deslocações e estadias	147 998	92 471
Outros fornecimentos e serviços	1 688 262	2 963 411

21. Outros ganhos e perdas operacionais

	2026 USD	2025 USD
Outros ganhos operacionais	63 171	154 150
Outros rendimentos de operações conjuntas	44 770	99 294
Outros rendimentos	18 401	54 856
Outros gastos e perdas operacionais	(754 989)	(514 261)
Impostos e taxas	(41 682)	(139 593)
Programa de responsabilidade social	(713 307)	(374 668)
Programas de responsabilidade social nas operações conjuntas	(801 553)	(1 167 468)
	(1 493 369)	(1 527 579)

22. Rendimento/(custo) financeiro líquido

	2026 USD	2025 USD
Rendimento financeiro	11 458 744	12 640 882
Juros obtidos	11 232 318	12 255 970
Diferenças cambiais favoráveis	226 426	384 912
Custo financeiro	(5 416 635)	(4 727 245)
Juro nocional sobre o efeito das disposições ambientais	(2 016 023)	(1 449 073)
Diferenças cambiais desfavoráveis	(355 715)	(471 473)
Juros pagos	(2 972 655)	(2 718 663)
Despesas bancárias	(72 242)	(88 035)
Rendimento (custo) financeiro líquido	6 042 109	7 913 637

Nota

14

Os rendimentos de juros referem-se aos retornos de depósitos a prazo mantidos em bancos *onshore* e *offshore*. O rendimento de juros do exercício foi de USD 11,2 milhões (2025: USD 12,3 milhões). A diminuição homóloga reflecte as alterações nos saldos médios aplicados em depósitos a prazo e redução nas taxas de juro em vigor durante o período.

22.1 O movimento dos juros recebidos apresenta-se como se segue:

	2026 USD	2025 USD
Rendimento financeiro reconhecido nas demonstrações de resultados	11 458 744	12 255 970
Saldo inicial de juros acumulados a receber	1 823 248	3 006 527
Saldo de fecho de juros acumulados a receber	(1 458 171)	(1 823 248)
Juro recebido	11 823 821	13 439 249

22.2 O movimento dos juros pagos apresenta-se como se segue:

	2026 USD	2025 USD
Custo financeiro reconhecido nas demonstrações resultados	(2 972 655)	(2 718 663)
Saldo inicial de juros acumulados a pagar	(241 885)	(257 317)
Saldo de fecho de juros acumulados a pagar	477 149	241 885
Juro pago	(2 737 391)	(2 734 095)

23. Imposto Sobre o Rendimento

	2026 USD	2025 USD
23.1 Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos		
Imposto corrente		
Exercício corrente	20 143 088	30 620 880
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(2 340 541)	(2 791 331)
	<u>17 802 547</u>	<u>27 829 549</u>
23.2 Reconciliação da taxa efectiva		
Lucro antes de imposto	54 780 056	82 551 914
Imposto usando de acordo com a taxa da empresa 32%	17 529 618	26 416 612
Despesas não dedutíveis (23.2 a) 0.76%	133 975	52 163
Depreciações não dedutíveis (23.2 b) 0.79%	138 954	1 360 774
	<u>17 802 547</u>	<u>27 829 549</u>

(23.2a) Refere-se a custos de veículos ligeiros de passageiros, despesa de representação, imposto por conta de outrem e diferenças de câmbio não realizadas.

(23.2b) A depreciação refere-se a limitação dos montantes aceites em conformidade com a lei fiscal.

As diferenças temporárias nos activos tangíveis, são principalmente relativos à aceleração da amortização fiscal dos activos de mineração e central de processamento, os quais são aceites fiscalmente durante o período dos primeiros quatro anos.

As autoridades fiscais em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações fiscais submetidas. Estas permanecem em aberto e podem ser sujeitas a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião de que não resultarão ajustamentos ou penalidades significativas relativamente aos exercícios em aberto, caso os mesmos venham a ser objeto de revisão pelas autoridades fiscais.

	2026 USD	2025 USD
23.3 Passivo por imposto diferido		
2026	Saldo liquido 30 de Junho de 2026	Reconhecimento em lucros e perdas
Activos tangíveis	29 261 129	(2 303 705)
Activos intangíveis	738 495	(92 312)
Ganhos cambiais não realizados	(72 304)	55 477
	29 927 319	(2 340 540)
2025	Saldo liquido 30 de Junho de 2025	Reconhecimento em lucros e perdas
Activos tangíveis	31 564 835	(2 342 479)
Activos intangíveis	830 807	(207 702)
Ganhos cambiais não realizados	(127 781)	(156 118)
	32 267 860	(2 706 299)

24. Resultados por acção e dividendos por acção

24.1 Resultado por acção

Os resultados por acção básicos foram calculados com base no lucro após impostos de USD 36 977 508 (2025: USD 46 719 015) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (2025: 5 934 115).

Os resultados por acção diluídos são iguais aos resultados por acção básicos tendo em conta que a Empresa não tinha instrumentos financeiros diluítivos à data de relato.

Não houve alteração no número de acções durante o exercício. O resultado por acção é USD 6.23 (2025: USD 7.87).

24.2 Dividendos por acção

O dividendo por acção durante o exercício foi de USD 6.51 (2025: USD 7.90).

25. Transacções com partes relacionadas

Para fins destas demonstrações financeiras, as partes são consideradas relacionadas à Empresa se a Empresa tiver a capacidade, directa ou indirectamente, de controlar ou controlar em conjunto a parte ou exercer influência significativa sobre a parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas também incluem o pessoal chave de gestão definido como aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar actividades directa ou indirectamente. O pessoal chave de gestão inclui todos os membros do Conselho de Administração e membros da Direcção Executiva. As partes relacionadas com a empresa incluem também o consórcio, bem como o Governo de Moçambique e a ENH, empresa pública detida pelo Governo de Moçambique.

A Sociedade é controlada pela ENH, que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem aos accionistas privados. As seguintes transacções ocorreram durante o exercício, resultando nos saldos de encerramento mencionados com as partes relacionadas:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Volume de transacções		Saldo credor	
		2026 (USD)	2025 (USD)	2026 (USD)	2025 (USD)
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	Serviços técnicos	745 437	381 673	205 669	225 229

Após a aprovação de qualquer Programa de Trabalho e Orçamento, se o Operador assim o solicitar, cada parte deverá adiantar a sua quota-parte dos fundos que se estimam que sejam necessários para as operações do mês seguinte. Cada pedido de fundos deverá corresponder a quantia que o operador estima gastar, nas moedas exigidas, para satisfazer os pagamentos em dinheiro líquidos, deduzidos dos recebimentos em dinheiro, devidos no mês em causa nos termos de Programa de Trabalho e Orçamento.

	Vendas de bens e serviços		Montante recebidos do Operador (JO)		Saldo de fornecedores em Operações Conjuntas	
	2026 (USD)	2025 (USD)	2026 (USD)	2025 (USD)	2026 (USD)	2025 (USD)
Sasol Gas, Petromoc, ENH Kogas, ENH through joint operations.	89 058 092	108 332 091	-	-	-	-
Joint Operations (JO)	-	-	95 284 420	109 838 277	8 908 001	4 236 873

O pedido de fundos incluirá uma estimativa, para efeitos meramente informativos dos fundos necessários dos dois (2) meses subsequentes. As seguintes transacções ocorreram:

Os seguintes montantes foram transferidos para operações conjuntas (JO) através de pagamentos à chamadas de caixa (*cash calls*).

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado	
		2026 (USD)	2025 (USD)
Joint Operations (JO)	Despesas de <i>cash calls</i>	43 595 092	38 496 987

26. Benefícios dos empregados

	2026 USD	2025 USD
Activo de Benefício definido	5 365 590	5 049 242
Passivo de Benefício definido	(3 040 572)	(2 947 100)
Activo líquido de benefício definido	2 325 018	2 102 142

a. Fundo

O fundo prevê que as pensões sejam pagas em benefícios de reforma ou quantia a pagar em caso de morte enquanto em serviço ou retirada antes da reforma. A idade normal de reforma é 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. O Fundo não faz provisão para reforma antecipada, porém, os membros podem se aposentar precocemente por causa de problemas de saúde. As taxas de contribuição são fixadas em termos acordados. Os membros contribuem com 3,0% dos rendimentos pensionáveis por sua vez, a Empresa contribui com 8,63%. O saldo, após deduzir os benefícios de risco e os custos operacionais, é alocado para benefício pós-emprego.

O fundo de benefício definitivo é gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, em conformidade com os requisitos legais regulados pela instituição reguladora de fundos de pensão do Governo de Moçambique. O Conselho de Administração do fundo de pensão é, por lei, obrigado a actuar no melhor interesse dos participantes do plano e é responsável por definir determinadas políticas relativas a investimentos, contribuições e indexação. O plano de benefícios definidos expõe a Empresa a riscos actuariais, risco de longevidade, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de mercado

b. Movimento líquido nos benefícios definidos activos

A tabela a seguir mostra uma reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais do passivo líquido de benefício definido (activo) e seus componentes.

	Passivos de Benefício Definido		Justo valor dos Activos do Plano		Passivo (Activo) Líquido de Benefício Definido	
	2026 (USD)	2025 (USD)	2026 (USD)	2025 (USD)	2026 (USD)	2025 (USD)
Saldo em 1 de Julho	2 947 100	4 027 348	(5 049 242)	(4 626 902)	(2 102 142)	(599 553)
Incluindo lucros e perdas	325 874	470 346	(564 749)	(516 644)	(238 875)	(46 297)
Custo do serviço actual	0	12 170	-	-	0	12 170
Custo de juros (receita)	325 874	458 176	(564 749)	(516 644)	(238 875)	(58 468)
Incluído em Outro rendimento integral						
Ganho Actuarial	(69 738)	(1 387 742)	(3 475)	(156 911)	(73 213)	(1 544 653)
Outros						
Diferença cambial líquida	457	(624)	(106 774)	717	(106 317)	93
Contribuições pagas pelos membros e pela empresa	-	-	-	0	-	0
Benefícios pagos	(163 121)	(162 227)	163 121	162 227	-	0
Despesas pagas	-	-	89 539	88 271	89 539	88 271
	3 040 572	2 947 100	(5 471 580)	(5 049 242)	(2 431 008)	(2 102 142)

Os activos do plano compreendem depósitos a prazo, bilhetes do tesouro e notas promissórias.

No exercício financeiro de 2026, não foram recebidas contribuições pelo fundo e não há registo nas contas financeiras referente ao reconhecimento dessas quantias. Estas contribuições não estão incluídas nos ativos nem nas obrigações relacionadas com a restituição de contribuições.

Obrigação de benefício definido

i. Pressupostos actuariais

	2026	2025
Taxa de desconto	11.36%	11.36%
Crescimento salarial futuro	6,50%	6,50%
Crescimento futuro da pensão	0,00%	0,00%
Taxa de inflação (1)	5,50%	5,50%

(1) A inflação média projetada até 2030 é de 5,50% ao ano. Uma taxa de inflação futura de longo prazo de 5,50% foi assumida como base para determinar a evolução salarial das obrigações.

O resumo das estatísticas dos membros para membros activos na data da avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados do sexo feminino	Nr. de empregados do sexo masculino
25-30	-	-
30-35	1	1
35-40	1	5
40-45	3	2
45-50	-	4
50-55	1	2
55-60	-	-

O resumo das estatísticas de associação para o pensionista na data de avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados
58-63	2

ii. Análise de sensibilidade

	Responsabilidade (USD)	Custo do serviço (USD)	Variação percentual de responsabilidade
Aumento salarial de 1% de inflação	3.04	0.00	0.00%
Redução de 1% de inflação salarial	3.04	0.00	0.00%
Taxa de desconto 1% de aumento	2.98	0.36	-2.08%
Taxa de desconto 1% de redução	3.11	0.31	2.31%

iii. Perfil de maturidade

Período	Membros pensionistas e membros activos (% do passivo)
2021 – 2025	5%
2026 – 2030	20%
2031 – adiante	75%

Em 30 de Junho de 2026, a duração média ponderada da obrigação do plano de benefícios definidos é de 14,51 anos.

iv. Plano de composição dos activos

Descrição	Montante (USD)
Valores mobiliários	574 301
Bilhetes do Tesouro	3 105 554
Obrigações do Tesouro	1 391 971
Obrigações corporativas	77 871
Caixa e equivalente de caixa	47 004
Devedores	153 524
Total	5 373 005

Os valores mobiliários de capital, os Bilhetes do tesouro, bem como as obrigações corporativas e do Tesouro possuem preços cotados em mercados activos e são mensurados ao valor de mercado em 30 de Junho de 2026.

27. Classificações Contabilísticas e justo valor

Para os activos financeiros, o valor contabilístico é uma aproximação razoável do valor justo devido à natureza de curto prazo dos instrumentos. As obrigações do tesouro compreendem títulos da dívida soberana, mensurados ao custo amortizado.

Os valores contabilísticos das obrigações financeiras da Empresa são considerados uma aproximação razoável dos seus valores justos. Os fornecedores e a parcela corrente de empréstimos são de curto prazo e espera-se que sejam liquidados no próximo exercício financeiro por montantes que se aproximam dos seus valores contabilísticos. Para os

empréstimos de longo prazo, que se estendem além de um ano e estão programados para liquidação até o exercício de 2026, os valores justos não diferem materialmente dos valores contabilísticos, uma vez que estes empréstimos estão sujeitos a taxas de juro variáveis alinhadas com as condições de mercado.

28. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Gestão de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Empresa. Os riscos da Empresa estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Empresa, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Empresa.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestão da Empresa.

As políticas de gestão de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são reexpressos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Empresa. A Empresa, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Empresa supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Empresa.

28.1 Compromissos de capital

À data do balanço, a CMH tinha compromissos de capital aprovados nas operações conjuntas relativos a montagem de compressores (*PEDOP Junction Compression*), melhoria de infraestruturas, remediação de furos, bem como pequenos projectos de

optimização da produção, num total de USD 17 141 967, do quais 17,6% (USD 3 016 477) se encontram aprovados e contratados. Espera-se que a execução destes projectos ocorra até 2029.

28.2 Risco de gestão de capital

O principal objectivo da gestão do capital é garantir um rácio sólido de capital para alavancar o negócio e maximizar o valor para os accionistas. A CMH gere a sua estrutura de capital de acordo com a evolução das condições de mercado e pode recorrer aos accionistas e às instituições financeiras para manter ou ajustar a sua estrutura de capital. Não foram efectuadas alterações nos objectivos, políticas ou processos de gestão de capital durante o exercício findos em 30 de Junho de 2026 e 30 de Junho de 2025. A CMH analisa o seu endividamento através do rácio de alavancagem, que se apresenta como segue:

Empréstimos (Nota 17)	32 591 263	42 897 045
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(219 941 878)	(240 266 221)
Total da dívida	(187 350 615)	(197 369 176)
Capital próprio	274 959 744	278 086 137
Capital e total da dívida	87 609 129	80 716 961
Rácio de alavancagem	-47%	-41%

28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a Empresa está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A Empresa desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

28.4 Risco cambial

A Empresa incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Empresa realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical. A empresa gere este risco por garantir que todas transações significativas são executadas na sua moeda funcional.

Exposição ao risco cambial

A exposição da Empresa ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	2026 USD	2025 USD
Fornecedores	(9 831 035)	(46 160)
Caixa e equivalentes de caixa	10 894 599	12 506 109
	<u>1 063 564</u>	<u>12 459 949</u>

Abaixo apresentam-se as taxas de câmbio que foram aplicadas durante o exercício;

	Taxa média		Taxa à vista	
Data de Relato	30 de Junho 2026	30 de Junho 2025	30 de Junho 2026	30 de Junho 2025
MT por USD	64.54	64.54	64.53	64.53

Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte-americano nas exposições da moeda estrangeira da Empresa, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 98 895 (2025: USD 124 599). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

28.5 Risco da taxa de juro

A Empresa não está exposta às alterações das taxas de juros dos seus depósitos a prazo, uma vez que o Conselho de Administração adopta a política de taxas de juro fixas. À data de reporte, nenhum dos depósitos a prazo tinha uma componente de taxa de juro variável. As taxas de juro acordadas para os depósitos a prazo em USD variaram até 1,25% a 6,50% enquanto, para Meticais variaram entre 4,50% a 13,75%. As taxas fixas acordadas com as instituições financeiras não variam significativamente das taxas de juros variáveis prevalecentes. Para as facilidades de empréstimo a prazo, o risco da taxa de juros é gerido concordando com o menor spread fixo possível sobre as taxas básicas prevalecentes.

Análise de sensibilidade

	2026 USD	2025 USD
Instrumentos com taxa fixa		
Depósito a prazo fixo com taxas de juro fixas	117 796 086	25 384 955
Instrumentos com taxa variável		
Passivos financeiros	32 591 263	42 897 044

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 3 993 (2025: USD 8 675). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

28.6 Risco de preço de *commodities*

A Empresa está exposta a mudanças nos preços de petróleo e gás no mercado internacional. Uma redução de 1% no aumento dos preços teria efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio e o lucro após impostos em USD 350 711 (2025: USD 414 571). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes. A empresa gere este risco acordando a componente fixa do preço nos acordos de venda.

28.7 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Empresa incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

O Conselho de Administração possui uma política de crédito em vigor e a exposição ao risco de crédito é monitorada de forma contínua. A Empresa constitui uma provisão para perdas esperadas de crédito que representa a sua estimativa de perdas incorridas relativamente a clientes e outras contas a receber. Os principais componentes desta provisão incluem uma componente de perda específica, que se refere a exposições individualmente significativas. A Empresa considera todas as contas a receber com atraso superior a 90 dias como pertencentes à categoria de maior risco.

Outras contas a receber consistem principalmente em juros acumulados a receber de depósitos a prazo em bancos. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico de cada activo financeiro no balanço. A Empresa utiliza instituições financeiras reputadas e com boas classificações de crédito para gerir o risco de crédito relacionado com os saldos bancários. A Empresa considera que o seu caixa e equivalentes de caixa apresentam baixo risco de crédito e não foram registadas perdas de crédito esperadas relativamente a estes saldos.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial e ao estimar as Perdas de Crédito Esperadas (ECLs), a Empresa considera informações razoáveis e fundamentadas que sejam relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isto inclui informações e análises tanto quantitativas quanto qualitativas, baseadas na experiência histórica do Grupo e em uma avaliação de crédito fundamentada, que incorpora informações prospectivas.

Exposição ao risco de crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited. A maturidade de saldo dos clientes à data de relato era:

	2026 USD	2025 USD
Corrente (menos de 30 dias)	14 096 505	11 929 832

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 99% (2025: 80%) do rédito da empresa e 0% (2025: 100%) dos clientes devedores em 30 de Junho 2025. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de negócio com o consórcio.

A Empresa mantém o seu caixa e equivalentes de caixa tanto em bancos internacionais quanto locais. Uma parte significativa desses saldos (86%) é mantida junto de subsidiárias de grupos bancários internacionais bem estabelecidos, incluindo First Rand, Standard Bank, ABSA e Nedbank, bem como em instituições locais (BCI, Millennium BIM, Moza

Banco, BNI e Letshego) que possuem participação de capital internacional e são classificadas pelo Banco de Moçambique como bancos sistemicamente importantes.

A Administração considera que a presença de acionistas internacionais e a classificação de vários desses bancos como Domestic Systemically Important Banks (D-SIBs) fornecem uma camada adicional de estabilidade e reduzem o risco de crédito de contraparte.

28.8 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa para gerir o risco de liquidez consiste em garantir, tanto quanto possível, que terá sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando vencidas, em condições normais e de stress, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da Empresa.

	Fluxo de Caixa Contratual USD	6 meses ou menos USD	1 ano USD	2 - 5 anos USD
30-Jun-26				
Passivos financeiros não derivados				
Empréstimos (Nota 21)	(32 591 263)	-	(11 650 788)	(20 940 474)
Contas a pagar entre empresas do grupo (Nota 22)	(205 669)	(205 669)	-	-
Outras contas a pagar (Nota 20)	(8 975 453)	(8 975 453)	-	-
	<u>(41 772 386)</u>	<u>(9 181 122)</u>	<u>(11 650 788)</u>	<u>(20 940 474)</u>
30-Jun-25				
Passivos financeiros não derivados				
Empréstimos (Nota 21)	(42 897 045)	-	(11 357 449)	(31 539 596)
Contas a pagar entre empresas do grupo (Nota 22)	(225 229)	(225 229)	-	-
Outras contas a pagar (Nota 20)	(4 969 347)	(4 969 347)	-	-
	<u>(48 091 621)</u>	<u>(5 194 576)</u>	<u>(11 357 449)</u>	<u>(31 539 596)</u>

O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo. Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço da dívida e outras obrigações financeiras.

29. Eventos subsequentes

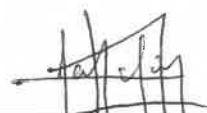
Os accionistas da CMH deliberaram a nomeação de um novo Presidente do Conselho de Administração em reunião extraordinária da Assembleia Geral ocorrida em 09 de Julho 2026.

Após 30 de Junho de 2026 até à data de relato, não ocorreram outros eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras.

30. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01 de Setembro de 2026.


Reis Mudavanhe
Presidente do Conselho de Administração


Lovemore Chibaya
Administrador